



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Karen Fernanda Bianchini da Silva

**Tradução audiovisual da Língua de Sinais:  
aspectos emocionais, formação e condição de trabalho.**

Florianópolis

2015

Karen Fernanda Bianchini da Silva

**Tradução audiovisual da Língua de Sinais:  
aspectos emocionais, formação e condição de trabalho.**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

**Professor Orientador:** José Ednilson Gomes de Souza-Júnior.

Florianópolis

2015

*À luz que me guiou até aqui, minha pequena grande  
guerreira, Helena Bianchini.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu amado Deus Jeová que me deu o dom da vida como privilégio ímpar possibilitando hoje estar aqui e por Sua vontade, assim creio eu, estacionou por um período os planos para dar a mim a oportunidade de poder conhecer professores maravilhosos nesse novo processo de ensino-aprendizagem. Ao site JW.ORG que foi uma constante em minhas consultas diárias em busca de conforto, além de, conter rico material em 76 línguas de sinais de diferentes países que, embora não tenha sido o foco dessa pesquisa, me ajudou a perceber a riqueza e a sensibilidade da profissão que escolhi.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram a concluir essa graduação, em especial minha mãe Teresa Bianchini que foi sem dúvida minha maior incentivadora e apoiadora, mesmo sentindo a dor da saudade que a distância física nos causou, meu verdadeiro pilar de sustentação.

Obrigada mãe!

A minha querida e tão amada Liliane Bizio pelo incentivo constante e idas e vindas incansáveis da Unicamp, sua acolhida num período tão delicado foi mais que animador, também é por ti a conclusão desse ciclo.

Maria Fernanda Campos de Arruda, obrigada por não me deixar desistir e me fazer voltar para o Sul com esse objetivo tão especial... És muito preciosa nesse processo!

A minha pequena **Helena**, que mesmo sem saber, devido à inocência que a permeia, permitiu e compreendeu minhas ausências, enfrentou comigo toda a mudança necessária para que fosse concluída essa etapa de nossas vidas. Filha querida, todo esforço foi por ti, obrigada por estar aqui, não faria melhor sem você ao meu lado.

A família Ruy que adotou nossa pequena Helena por períodos importantes de escrita e acompanhou toda minha angústia na conclusão desse ciclo. Muito obrigada!

A UFSC por ser uma Instituição séria e acreditar na formação de profissionais e ter dado a mim a oportunidade de ser um deles.

A professora Aline Souza que me mostrou os caminhos desse retorno nada fácil e que dividiu um pedacinho de sua maior felicidade conosco.

A amada professora Aline Pizzio que sempre respondeu prontamente minhas dúvidas e compartilhou de muitas das minhas angústias, sua humildade e sabedoria foram essenciais em minhas tomadas de decisão.

Professora Silvana Aguiar, como lhe agradecer? Você que mesmo em minhas pausas nos estudos nunca deixou de me motivar com e-mails calorosos e a frase que nunca esqueci: “É questão de honra você se formar, nem que eu te puxe com a corda!” Certamente sem esse incentivo de peso, hoje não estaria tendo a oportunidade de compartilhar esse momento contigo. E você tinha razão, valeu a pena até aqui!

Neiva Albres de Aquino, o nome que me assustava no início, mas o qual se revelou doce na presença, firme com os compromissos, flexível quando possível, mas acima de tudo foi uma professora sábia, paciente, de uma postura invejável e admirável, obrigada por tudo.

Ao orientador que escolhi mesmo antes de saber se chegaria nessa fase da minha graduação em meio a tantos desafios, professor José Ednilson, para mim um “monstro”, no melhor sentido que a palavra possa ter, da área da tradução/interpretação audiovisual, agradecer é muito pouco professor! Cada encontro me rendeu um aprendizado sem igual, uma satisfação enorme em ser sua orientanda, um orgulho imenso ter seu nome em minha/nossa pesquisa. Suas avaliações sempre tão precisas fizeram deste, um trabalho de excelência. Mais que um orientador, foi para mim um organizador de ideias, um verdadeiro auxiliador, parceiro na construção de cada capítulo. Faltam-me adjetivos, e mesmo sendo tão pouco quero mesmo agradecer-lo por ter aceitado me orientar sem ao menos me conhecer. Foi à peça fundamental para o resultado final.

Agradeço a Unicamp que me acolheu por alguns semestres quando Helena ainda estava por vir, especialmente minhas professoras e tutoras Audrei Gesser e Lilian Nascimento, incluo aqui também os saudosos colegas daquele Pólo.

A comunidade surda, razão pelo qual essa formação se fez necessária, a fim de proporcionar-lhes uma comunicação de qualidade garantindo assim seus direitos a acessibilidade.

Meu obrigado ainda a Paulo Favalli, um dos pioneiros na atuação audiovisual em nosso país e que tão gentilmente me cedeu uma entrevista que só fez enriquecer esse trabalho. E estendo este agradecimento aos Intérpretes de Língua de Sinais que participaram desta pesquisa como informantes.

Obrigada querido Wagner Watanabe por ter passado noites e noites mesmo distantes resolvendo questões de informática e sendo um dos meus grandes incentivadores desde a primeira colação da turma de engenharia que me levou para apreciar e então tomar realmente os devidos passos e entrar na vida acadêmica.

Agradeço a TVAL por confiar em meu trabalho e me dar a oportunidade de crescer pessoal e profissionalmente.

A equipe de trabalho maravilhosa que compoño e que dividiu comigo o passo a passo desse TCC, sofreram junto comigo, cobriram meus horários e se desdobraram para que eu estivesse aqui hoje. Saulo e Carina sou grata pela parceria e amizade.

Meu agradecimento mais que especial a grande amiga professora, tradutora, intérprete e recentemente empresária, Vanessa Rizzoto por toda colaboração desde o princípio, desde a troca de ideias a escrita desse trabalho, mesmo nos separando nessa caminhada sempre se fez muito presente, obrigada querida amiga!

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de cada uma das linhas descritas nesse trabalho, o mérito também é de cada um de vocês!

***“O tradutor é um diplomata sem país a defender!”***

**Adail Sobral**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar e descrever aspectos que interferem na produção tradutória e interpretativa de discursos do par linguístico LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais / Português, no contexto audiovisual. Descreveremos a trajetória histórica dos intérpretes de língua de sinais atuando em diferentes âmbitos até sua chegada a esfera audiovisual. Abordamos aspectos legais e normativos que permeiam os direitos linguísticos da comunidade surda, bem como aquelas que regem a profissão do tradutor e intérprete de libras, ainda que determinadas normativas já não atendam de maneira satisfatória a *Legenda de Língua de Sinais*, devido ao avanço tecnológico ocorridos. Como foco central consideraremos aspectos emocionais, de formação e condição de trabalho conforme Vallecillo (2002), dos tradutores e intérpretes de língua de sinais que atuam em emissoras de TV no Brasil. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de entrevista e de questionário semi-estruturado aplicado à profissionais tradutores e intérpretes audiovisuais. Os resultados confirmaram que os três campos elencados para investigação interferem na atuação dos profissionais desta área, sendo as críticas e problemas de ordem particular considerados aspectos emocionais, a ausência de formação específica apontada como aspectos de formação e o desconhecimento da tecnologia disponível tanto pela equipe atuante bem como dos próprios TILS, considerada como parte das condições de trabalho intervêm na qualidade das produções audiovisuais acessíveis para surdos.

**Palavras chave:** tradutor e intérprete, tradução audiovisual, intérprete audiovisual.



## ABSTRACT

This study aims to research and describe some aspects that interfere on translation and interpretation from LIBRAS - Brazilian Sign Language to Portuguese in the audiovisual context. We Historically aproached the trajectory of sign language interpreters working in different fields, until the audiovisual sphere. We broached legal and normative aspects about the deaf community language rights, as well as those about the libras translator / interpreter professional, although certain normatives no longer reach satisfactorily the *Sign Language subtitle*, due the technological advances. We will focus on the emotional aspects, training aspects and working condition (Vallecillo 2002), of the sign language translators and interpreters who work on TV stations in Brazil. The presented data were obtained through interviews and semi-structured questionnaire applied to professional translators and audiovisual performers. The results confirmed that the three fields listed for this research do interfere with the performance of the professionals in this field, so the critical and particular problems were considered emotional aspects, the lack of specific training was identified as degree aspects and the staff and the interpreters unawareness of available technology was considered part of working conditions involved in the quality of audiovisual productions accessible for the deaf people.

**Keywords:** Sign Language translator and interpreter, audiovisual translation, audiovisual interpreter.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Propaganda Eleitoral da Candidata à Deputada Federal Luciane Carminatti (SC) .....	33
Figura 2	- Propaganda Eleitoral do Candidato à Vereador Professor Antonio (CE) .....	33
Figura 3	- Esquema das caracterizam a tradução audiovisual com base em Canós, Varela e Albir (1999).....	34
Figura 4	- Mapeamento de Holmes (1972).....	40
Figura 5	- Mapeamento de Williams e Cherstermam (2002).....	41
Figura 6	- Lista de St.Jerome Publishing (2008).....	42
Figura 7	- Quadro Descritivo das modalidades de Tradução Audiovisual baseado em Albir (1999).....	44
Figura 8	- Propaganda Eleitoral do Candidato Guilherme Afif Dimingos à Presidência da República de 1.985.....	50
Figura 9	- Livreto: O que é o Intérprete de Língua de Sinais para pessoas surdas?.....	53
Figura 10	- Modelo TV BRASIL.....	53
Figura 11	- Modelo Rede Vida.....	54
Figura 12	- Modelo TV NBR.....	54
Figura 13	- Modelo Jornal Visual.....	54
Figura 14	- Modelo Jornal Visual.....	55
Figura 15	- Modelo Transmissão do especial ‘Teleton’ pelo SBT.....	55
Figura 16	- Pronunciamento da Ministra do Meio Ambiente Isabela Teixeira.....	55
Figura 17	- Turma da Mônica em CiniGibi 1 – O Filme.....	56
Figura 18	- Propaganda comercial das sandálias Havaianas.....	56
Figura 19	- Publicidade Institucional do Tribunal Superior Eleitoral TSE.....	56
Figura 20	- Documentário ‘Histórias Posithivas’.....	56
Figura 21	- Projeto Pitanguá (Livros didáticos) Geografia 4ª série.....	57
Figura 22	- Vestibular 2015 da Universidade Federal de Santa Catarina.....	57
Figura 23	- Programa Giramundos com Legenda de Língua de Sinais TV INES.....	57
Figura 24	- Propaganda Salto para o Futuro com Legenda de Língua de Sinais na TV INES.....	58
Figura 25	- Cartilha A Classificação Indicativa na Língua de Brasileira de Sinais.....	59
Figura 26	- Modelo de vinheta de Classificação Indicativa da TV Cultura.....	60
Figura 27	- Modelo de vinheta de Classificação Indicativa da Rede Globo.....	61
Figura 28	- Inserção dos Créditos à intérprete na produção do Cine Gibi da Turma da Mônica.....	62

Figura 29	- Inserção dos Créditos à intérprete no programa Café com a Presidenta da TV NBR.....	62
Figura 30	- Legenda em Língua de Sinais em reportagem da Rede RBS.....	63
Figura 31	- Legenda em Língua de Sinais em documentário da TV Escola.....	63
Figura 32	- Legenda em Língua de Sinais da TV Câmara.....	64
Figura 33	- Resenha apresentada a partir do filme “E o seu nome é Jonas”.....	64
Figura 34	- Legenda em Língua de Sinais do Programa Especial do TV Brasil.....	64
Figura 35	- Propaganda ‘Acessibilidade: siga essa idéia’.....	65
Figura 36	- Legenda em Língua de Sinais da Santa Missa na TV Canção Nova.....	65
Figura 37	- Wipe, conforme a NBR 15290, aplicado em diferentes ratios (aspectos) de TV.....	67

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<b>1. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Dados Históricos.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Legislação.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Formação.....</b>	<b>26</b>
<b>1.4 Espaços de Atuação.....</b>	<b>32</b>
<b>2. ESTUDOS DA TRADUÇÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 Contextualizando os Estudos da Tradução.....</b>	<b>35</b>
2.1.1 Tradução.....	36
2.1.2 Interpretação.....	38
<b>2.2 Mapeamentos nos Estudos da Tradução.....</b>	<b>39</b>
2.2.1 Localização da Tradução e Interpretação Audiovisual.....	43
<b>3. TRADUÇÃO INTERPRETAÇÃO AUDIOVISUAL PARA SURDOS NO BRASIL.....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 Aspectos Técnicos.....</b>	<b>58</b>
3.1.1 Tipos de Legenda em Língua de Sinais.....	63
<b>4. MEDODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>69</b>
<b>4.1 Objetivos da Pesquisa.....</b>	<b>69</b>
<b>4.2 Coleta dos dados.....</b>	<b>70</b>
<b>4.3 Informantes da Pesquisa.....</b>	<b>71</b>
<b>4.4 Análise e Interpretação dos dados.....</b>	<b>72</b>
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>74</b>
<b>5.1 Afinal, o que eles têm a dizer?.....</b>	<b>74</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>91</b>
ANEXO I – Portaria 310/2006.....	91
ANEXO II – Portaria 188/2010.....	98
ANEXO III – ABNT 15290.....	101
ANEXO IV – Entrevista na íntegra de Paulo Favalli.....	120
ANEXO V - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA.....	123

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda aspectos relacionados à profissão do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) atuantes no contexto audiovisual brasileiro.

O interesse pelo tema pesquisado originou-se de experiências vivenciadas pela autora e sua atuação no domínio televisivo como tradutora e intérprete audiovisual. Atualmente a autora trabalha nas sessões ordinárias transmitidas pela TVAL – TV da Assembléia Legislativa, do Estado de Santa Catarina e sua posterior inserção no Intertrads - Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Língua de Sinais, registrado no CNPq.

A proposta é pesquisar aspectos que interfiram positivamente ou não no resultado final de sua atuação e elencamos três aspectos específicos como base de nossa investigação, são eles: condições emocionais, formação e condição de trabalho.

Subdividimos o capítulo inicial em quatro sessões que abordarão: Dados históricos; situando nossos leitores na história da Língua de Sinais (LS) e tradução e interpretação da língua de sinais. Discorreremos sobre alguns pesquisadores e suas contribuições nesse processo; Legislação: onde apontaremos leis, decretos, normas, convenções e portarias que regem tanto a profissão do profissional tradutor e intérprete num contexto geral como especificações próprias da atuação no contexto audiovisual; Formação: apresentaremos os primeiros cursos de formação emergentes no contexto brasileiro até nos localizarmos nas formações de nível superior advindos de universidades tanto estaduais quanto federais proporcionando *status* a profissão, além de, discutirmos a cerca da falta de formação específica no contexto audiovisual; Espaços de atuação: nessa sessão de nosso trabalho abordaremos os possíveis espaços onde o tradutor e intérprete pode atuar sendo um deles o campo televisivo ou audiovisual.

No segundo capítulo de nosso trabalho trataremos da área dos Estudos da Tradução (ET) e iremos subdividi-lo em outras três subseções com a finalidade de contextualizar os ET

apresentando seu desdobramento quanto disciplina e campo de estudos interdisciplinar, apresentaremos os mapeamentos desenvolvidos por pesquisadores da área dos ET e suas propostas localizando a interpretação como uma subárea nesse campo de estudos, através dos mapeamentos apresentados pelos teóricos e pesquisadores iremos localizar a tradução audiovisual (TAV) como campo de estudos tendo então base para nos apoiar quanto a todo o escopo da presente pesquisa.

Nossos leitores conhecerão no terceiro capítulo como ocorreu o desenvolvimento da profissão do tradutor e intérprete agora dentro do contexto audiovisual. Apresentaremos dados cedidos por Paulo Favalli<sup>1</sup>, um dos pioneiros na atuação audiovisual na televisão brasileira, seus desafios e participações em programas de TV na década de 80 e apresentaremos uma das primeiras publicações desenvolvidas com a finalidade de nortear a profissão desenvolvida pela FENEIS-Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos que menciona já naquela época, o intérprete de libras inclusive ilustrando a “janela de libras” em uma de suas páginas. Ainda nesse capítulo apresentaremos os aspectos técnicos que envolvem produções em tradução e interpretação no contexto audiovisual e à cartilha de classificação indicativa desenvolvida pela Secretaria Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça é uma das publicações apontadas e apresentadas que abordam pontos bem específicos da atuação do intérprete audiovisual estabelecendo normas que são empregadas até os dias atuais. As normas da ABNT também são apontadas nesse capítulo e relacionamos a mesma aos tipos de “janelas” apresentados atualmente na mídia e suas correspondências técnicas e estéticas. Vale lembrar que não é proposta desse trabalho estabelecer uma norma para esse tipo de inserção, mas entendemos ser interessante uma futura pesquisa com o intuito de verificar a opinião e nível de satisfação dos usuários desse serviço.

---

<sup>1</sup> Paulo Favalli atualmente faz parte do quadro de profissionais que produzem, Dvds e Shows da apresentadora Xuxa Meneghel.

Acreditamos ser o terceiro capítulo, nuclear de nosso trabalho, através dele sugerimos uma nova terminologia para referir-se a atual “janela de libras” e esperamos que mediante as comparações feitas com base nas explicitações de alguns teóricos referente às modalidades nas quais o tradutor audiovisual pode atuar, consigamos nos fazer entender e essa sugestão possa ser mais amplamente discutida nesse campo teórico dos ET.

Privilegiamos o método de abordagem quantitativa e qualitativa para a coleta e análise dos dados, impulsionados pela vivência no contexto de interpretação audiovisual levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: quais aspectos interferem significativamente na produção final do tradutor e intérprete inserido no contexto audiovisual?

Tendo como referencial Vallecillo (2002) que realizou uma pesquisa semelhante em seu país de origem – Espanha – pretendemos sugerir melhorias e promover discussões que envolvem a atuação específica no contexto televisivo. A partir da análise dos dados pudemos considerar quais as implicações que interferem significativamente nas produções dos tradutores e intérpretes audiovisuais.

Percebemos que as questões afetivas e emocionais são importantes na implicação da profissão e podem interferir de maneira negativa os profissionais, tanto críticas externas quanto internas causam ansiedades nos profissionais e afetam suas produções conforme revelaram as devolutivas dos participantes.

E os resultados apontaram questões de desvalorização do profissional tanto em relação aos créditos de seus trabalhos bem como aos tipos de contratação que são feitos atualmente. A pesquisa revelou ainda falta de formação específica em tradução/interpretação de língua de sinais no contexto audiovisual, mesmo já existindo a formação em nível superior voltada para língua de sinais, ficou evidente a escassez de formação audiovisual.



Pudemos observar ainda mediante os resultados que aspectos técnicos e normativos precisam ser revistos além de os próprios contratantes terem melhor conscientização da profissão do TILS inseridos no âmbito televisivo.

# 1. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO BRASIL

## 1.1 Dados Históricos

Discorreremos brevemente neste capítulo sobre os aspectos históricos envolvendo a língua de sinais (LS) e seu surgimento, fato que contribuirá para as discussões propostas nesse trabalho.

O caminho histórico percorrido com LS mostrará para nós a maneira como o próprio tradutor e intérprete e a tradução e interpretação também são valorizadas uma vez que, com a limitação do uso da língua de sinais em espaços públicos se desfaz a necessidade desse profissional que perde visibilidade e deixa de ser um recurso de acessibilidade a informação para pessoas surdas.

Na França, em meados de 1.760, o Abade Charles Michel de l'Épée iniciou um trabalho com duas irmãs surdas a partir da língua de sinais usadas nas ruas de Paris a partir de uma metodologia desenvolvida por ele baseada na datilologia ou alfabeto manual. L'Épée apropriou-se de sinais já utilizados e convencionou então outros para representar palavras francesas. (RAMOS 1992)

Segundo Zampiere (2006), com a eficácia do método aplicado pelo Abade, muitos de seus alunos passaram a assumir o lugar de professores ouvintes no processo ensino-aprendizagem destinado principalmente a crianças surdas, e mais que somente ensinar, passaram a ocupar lugares importantes e de destaque na sociedade, sua metodologia passou a ser reconhecida e assumida pelo Instituto de Surdos e Mudos de Paris, hoje conhecido como Instituto Nacional de Jovens Surdos.

No ano 1880 ocorreu o Congresso de Educação de Surdos de Milão, evento esse que se caracterizou por interromper o uso dos métodos e abordagens gestualistas na Europa em favor de outras metodologias puramente oralistas.

Na perspectiva de RUSSO (2009):

Poderia também descrever que naquele Congresso foi instaurado, de forma arbitrária e autoritária, sem consultar o público mais interessado naquelas decisões – os surdos – um novo modelo educacional chamado oralismo onde os surdos foram proibidos a partir de então, de utilizarem as suas línguas de sinais. Tal proibição ocasionou uma verdadeira desqualificação do ensino dos surdos por mais de um século” (p.26).

Por outro lado, ZAMPIERI (2006) defende a ideia de que as decisões ocorridas em Milão se deram uma vez que, o professor ouvinte não gostaria de dividir o controle das salas com um professor surdo, sugerindo incapacidade em educar e decidir. A autora ainda cita em seus estudos que a Itália presente no referido congresso buscava o apoio de outros países na tentativa de unificar a língua para que o mesmo ocorresse com toda a nação e, assim, a educação de surdos fica “atrelada ao aprendizado da língua oral, expressando os interesses políticos, ideológicos sociais e culturais que estavam por trás desta decisão”. (ZAMPIERI, 2006, p.18)

Então em 1892, o Congresso de Gênova, Itália é enfático em apoiar o método oral puro, com a alegação de que o uso da língua de sinais prejudicava o desenvolvimento da fala passando a aplicar diversas técnicas na tentativa de integrar a criança surda no mundo ouvinte nesse processo de ensino-aprendizagem por partir de uma perspectiva ouvinte. (ZAMPIERI, 2006).

Percebemos então que nesse período onde a língua de sinais cai em desuso, o tradutor e intérprete é excluído do cenário corroborando com o descrito inicialmente quanto à ligação existente entre língua de sinais e o tradutor e intérprete que só volta ser percebido em meados de 1957 quando o pesquisador linguista Dr. Willian C. Stokoe, professor e chefe do Departamento de Inglês na Universidade Gallaudet<sup>2</sup>, com base em seus estudos dá a língua de sinais um status linguístico provando que elas poderiam ser consideradas línguas naturais. (LODI, 2004).

---

<sup>2</sup> A Universidade Gallaudet localiza em Washington, D.C. EUA é uma instituição privada que desenvolve atividades de ensino superior voltadas especificamente às pessoas surdas.

O valor linguístico atribuído a LS por meio dos estudos desenvolvidos por Stokoe deram a ela equivalência às línguas faladas, comprovando assim sua capacidade de cumprir as mesmas funções. A partir da base linguística estabelecida foi possível “permitir ao surdo ser entendido como sujeito capaz que é, e não responder [sempre] às expectativas dos ouvintes” (ZAMPIERE, 2006. p.21).

Na década de 80, o descontentamento com os resultados apresentados diante do uso do oralismo, deu origem a Comunicação Total, onde sua filosofia pregava que: “seria aceita qualquer forma de comunicação usada sem discriminar a criança por não dominar a oralidade” (MOURA, 2000).

A proposta da Comunicação Total serviu como uma espécie de ponte que deu ao tradutor e intérprete visibilidade novamente, já que na referida proposta qualquer forma de comunicação era aceita e os surdos voltaram a fazer uso da LS no espaço escolar. E foi através dessa proposta que se direcionou para a oralidade uma vez que “aqueles que se preocupavam com a educação do surdo buscaram uma proposta a partir do uso da Língua de Sinais, respeitando a primeira língua deste sujeito” (ZAMPIERI, 2006. p.20).

Essa oscilação entre o uso e o desuso da LS determina o desenvolvimento e evidencia da profissão do tradutor e intérprete intimamente.

A mais recente perspectiva de ensino e uso da língua brasileira de sinais, parte da proposta bilíngue, ou bilinguismo, que resumidamente, segundo Russo trata-se de uma “abordagem educacional na qual se tem como metas, nas escolas de surdos, que a língua de sinais seja considerada a língua por onde perpassa a relação comunicativa e de aprendizagem entre professores e alunos, entre a escola e toda a comunidade escolar” (Russo, 2009. p.27).

O Bilinguismo pressupõe, de acordo com Zampieri (2006), que:

[...] a exposição do surdo a duas Línguas sendo a primeira Língua de Sinais que lhe dará possibilidades para o aprendizado da segunda língua que pode ser a modalidade escrita ou oral da língua majoritária. A criança deverá ser exposta à Língua de Sinais com interlocutores surdos ou ouvintes (com domínio dos Sinais) (p.20).

Mediante ao apanhando geral e resumido dos dados históricos relacionados à língua de sinais, nos reportaremos aos acontecimentos que trouxeram a imagem do TILS em cena no contexto brasileiro os quais impulsionaram essa relação entre as línguas evidenciando a profissão.

Cabe também lembrar que os TILS passam a se organizar politicamente no decorrer na história e por meio de seus empenhos surgem em alguns estados brasileiros Associações Profissionais (atualmente são 18), sendo pioneira a Associação de Intérpretes e Guias-Intérpretes do estado de São Paulo, a APILSBESP, fundada em 12 de dezembro de 2004. O movimento atingiu a representatividade nacional com a fundação da FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Línguas de Sinais em 22 de setembro de 2008. Na esfera internacional, em 23 de Julho, durante o 14º Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos que aconteceu em Montreal no Canadá, é criada a WASLI – World Association of Sing Language Interpreters (Associação Mundial de Intérpretes de Língua de Sinais).

Temos por certo que o engajamento político dos TILS em suas organizações é parte importante dos avanços obtidos pela categoria na última década, seja na formação como também na normatização da profissão.

## **1.2 Legislação**

A legislação brasileira que reconhece a Libras ou que asseguram o direito do sujeito surdo ao acesso à informação por meio de sua primeira língua são relevantes ao nosso trabalho de pesquisa

e nesse sentido, podemos citar primariamente a Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 que define em seu artigo 2º discorrendo sob a letra D denominada barreiras de comunicação que:

[...] qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. (BRASIL, 2000)

A Lei da Acessibilidade, como passou a ser conhecida, proporcionou a presença de tradutores e intérpretes nos espaços educacionais em seus diferentes níveis bem como assegurou a implantação da LS ou legendas em todas as emissoras brasileiras de TV a fim de garantir ao sujeito surdo acesso à informação (BARBOSA, 2010).

Em 2002 a Lei nº 10.436 foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da república, e passou a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais - Libras – como meio legal de comunicação e expressão assim como os recursos a ela associados.

Quatro anos mais tarde, em Dezembro do ano de 2005 a referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626 o que possibilitou, além da visibilidade de um público até então despercebido pela sociedade, um avanço no que diz respeito aos seus direitos incluindo o acesso a informação por meio de sua língua materna, a Libras.

O Decreto acima citado regularizou vários campos onde o acesso era restrito ao sujeito surdo, como por exemplo, na área da saúde e educação bem como, ao que nessa pesquisa nos interessa: o acesso aos meios de comunicação através dos veículos audiovisuais, especificamente a TV. Veremos mais adiante que esse Decreto alavancou o surgimento de cursos de capacitação, proficiência e em nível superior na área da tradução e interpretação exigindo formação específica.

Discorrendo sobre o Decreto 5.626/05, Torres e Mazzoni (2007) ressaltam que:

Esse Decreto regulamenta critérios básicos para promoção da acessibilidade, incluindo aspectos referentes à acessibilidade à informação e à comunicação e, em seu artigo 53 faz referência à necessidade de que a televisão brasileira

adote sistemas específicos “de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual (p.76).

Percebemos a primeira menção na legislação do termo ‘janela’ com feito no Decreto 5.626 em seu Capítulo VI art.24:

A programação visual dos cursos de nível médio e, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 [grifo nosso] (BRASIL, 2005).

Embora nesse caso o Decreto esteja tratando de aspectos voltados à área educacional, já se evidencia a necessidade da aparição do profissional no âmbito televisivo exigindo então a janela com tradutor algo que veremos com maior ênfase no capítulo sobre espaços de atuação.

Os espaços de atuação e primeiro nível de reconhecimento do governo das atividades laborais de TILS foram registrados na inclusão da profissão na CBO<sup>3</sup> – Classificação Brasileira de Ocupação do Ministério do Trabalho e Emprego em 2008. Os TILS ingressaram na família já existente nº 2614 que compreende filólogos, tradutores, intérpretes e afins e são inscritos sob o código 2614-25.

Abordando ainda aspectos legais envolvendo a LS, é relevante citar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que no ano de 2008, em seu Artigo nº 9, tratando sobre acessibilidade, dita ser de direito da pessoa com deficiência o acesso “[...] à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação [...]” (p.21).

Ainda artigo nº 21 intitulado Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação sob as letras E e D, discorre especificamente sobre o uso da língua de sinais quando diz:

---

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf> >

- d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
- e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (p.145).

Sobre a referida Convenção, Mello (2008) ainda observou:

Neste sentido, esta convenção internacional abre novas abordagens jurídicas na questão dos Direitos Humanos desse segmento ao também contemplar a comunicação por intermédio das tecnologias de informação e comunicação, principalmente as ajudas técnicas, e das línguas de sinais como formas concretas de liberdade de expressão, resultando-se, por conseguinte, na livre disseminação da informação e das ideias às e pelas pessoas com deficiência (p.78) [grifo nosso].

No que diz respeito ao caráter normativo a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas estabeleceu a NR 15.290 – Acessibilidade em Comunicação na Televisão; essa normativa foi publicada em Outubro de 2005 e cita diretrizes específicas ao uso da janela de Libras e delimita quais exigências devem ser levadas em conta em relação a cada um deles, mais adiante trataremos com maiores detalhes aspectos relevantes dessa normativa para nossa pesquisa.

Continuando a abordagem sobre questões legais, o Ministério das Comunicações em sua Portaria nº310, de 27 de Junho de 2006, considerando o Decreto nº 5.626/04, resolve em seu artigo 1º:

Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão (BRASIL, 2006).

No tópico Definições, para efeitos da Norma supracitada, o item 3.1 define que:

Acessibilidade: é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência, auditiva, visual ou intelectual (BRASIL, 2006).

O item 3.7 ressalta que “a janela de Libras deve ser um espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)”.



A mesma Portaria discorre o seguinte sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência auditiva e visual:

5.1 A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter:

a) Legenda Oculta, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através da linha 21 do Intervalo de Apagamento Vertical (VBI);

b) Audiodescrição, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP), sempre que o programa for exclusivamente falado em Português; e

c) Dublagem, em língua Portuguesa, dos programas veiculados em língua estrangeira, no todo ou em parte, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio(SAP) juntamente com a audiodescrição definida na alínea b, de modo a permitir a compreensão dos diálogos e conteúdos audiovisuais por pessoas com deficiência visual e pessoas que não consigam ou não tenham fluência para leitura das legendas de tradução.

5.3 Os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública veiculados pelas pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagem, bem como as pessoas jurídicas que possuem permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, deverão conter janela com intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), cuja produção e ou gravação ficarão ao encargo e sob a responsabilidade dos Partidos Políticos e ou dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas, sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1 (BRASIL, 2006).

No entanto, a Portaria nº 310, que antes contemplava em seu item 5.3 o uso da janela de Libras em propagandas político-partidária e eleitoral, assim como em informativos e campanhas institucionais estando essas a cargo e responsabilidade tanto dos Partidos Políticos e ou respectivos Órgãos do Governo bem como em quaisquer programações televisivas, sofreu uma alteração através de uma nova portaria, cito a Portaria nº 188 do ano de 2010, onde retira a obrigatoriedade às inserções da janela de libras deixando a cargo das emissoras responsáveis pela transmissão, a inserção opcional da mesma, contemplando em sua versão final apenas a audiodescrição.

A nova Portaria (188/2010) discorre da seguinte forma os aspectos legais e suas alterações:

Art. 1º O subitem 3.3 e o item 7 da Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela

Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

3.3. Audiodescrição: é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual (BRASIL, 2010).

Não obstante, caba resaltar que a obrigatoriedade da legenda oculta não universaliza o acesso à comunidade surda, isso porque uma parcela dessa população surda não é usuária fluente da língua portuguesa escrita. Em outras palavras, ambos os serviços – legenda oculta e a janela em libras – deveriam ocorrer simultaneamente nas transmissões televisivas de fato acessíveis.

A perda do direito ao acesso a informação pela comunidade surda usuárias de LS fez com que os mesmos fossem excluídos da esfera de comunicação televisiva. Se considerarmos a importância da participação cidadã nos temas sócio-políticos, que geralmente são popularizados por transmissões de radiodifusão dos poderes executivos, legislativos e judiciários, e dos partidos políticos, tal perda agrava-se, pois limita a participação da comunidade surda nos assuntos nacionais e regionais.

Embora as emissoras de televisão tenham conhecimento do recurso de janela de libras, algumas, pela falta da obrigatoriedade, optam em não oferecê-lo e quando o fazem (geralmente estatais) são para programas específicos ou transmissões pontuais na programação da emissora.

No ano de 2010, a Lei nº 12.319 regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua de Brasileira de Sinais, no entanto em seu Artigo 4º abrange no quesito formação, apenas o nível médio ou formação através de cursos de extensão:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:  
I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;  
II - cursos de extensão universitária; e  
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (BRASIL, 2010).

A Lei ainda cita como atribuições do tradutor e intérprete no exercício de suas competências em seu Artigo 6º:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

Nesse sentido cabe considerar uma formação específica para que as competências atribuídas na Lei sejam então alcançadas. A Lei nº 12.319/10 aborda também aspectos de conduta, postura, honestidade, fidelidade, imparcialidade entre outras que consideramos relevantes como base inicial para regulamentação da profissão, no entanto, vale ressaltar que é o Decreto nº 5.626 que privilegia a formação superior e técnica e assim nos deparamos com certa desconexão entre elas.

### **1.3 Formação**

Historicamente a formação de TILS no Brasil ocorreu em cursos livres, e na última década, cursos técnicos e superiores de graduação e pós-graduação coexistem como alternativas para o aperfeiçoamento profissional para àqueles que já estão na profissão ou como forma de inclusão de novos profissionais na carreira. Seja qual for o nível de formação, não há dúvida que um contínuo de qualificação é imprescindível aos TILS.

Para Santos e Quadros (2010):

A Lei de Libras (10426/2002) juntamente com as políticas de inclusão favorecem o apoio dos órgãos governamentais para o oferecimento de cursos para a formação de intérpretes de Libras [...] Estes cursos estavam sendo ministrados pelo MEC junto com a FENEIS e eram chamados de cursos multiplicadores de profissionais (p.94).

Até o Decreto nº 5.626 do ano de 2005, pouco se falava em formação acadêmica de TILS. A profissão se situava no empirismo e era uma atividade desempenhada por parentes, amigos membros de denominações religiosas, geralmente com enfoque assistencialista. Segundo, Rosa (2005):

No Brasil a atividade de interpretação ocorre com maior frequência nas instituições religiosas; aliás, nesses lugares a atuação do ILS tem sido uma há décadas, mais exatamente desde o início dos anos 80, o que explica que os melhores ILS – salvo os filhos de pais surdos – são oriundos de instituições religiosas (p.92).

Existe então uma visão um tanto distorcida uma vez que considerar que uma pessoa que domine a Libras seja automaticamente um bom intérprete dessa língua, sobre isso Lacerda (2010) afirma:

A visão que um bom domínio de Libras e fluência são suficientes para atuar como intérprete está presente e precisa ser revista, já que, atualmente em grande parte o exame realizado avalia apenas o conhecimento em Libras (o domínio em português não é questionado, é dado como proficiente) e aspectos das técnicas de interpretação não são consideradas (p.28).

No ano de 2006, realizou-se a primeira edição do Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, o chamado PROLIBRAS, promovido pelo MEC -Ministério da Educação – em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas “Anísio Teixeira” e, inicialmente executado pela Universidade Federal de Santa Catarina, sendo hoje de responsabilidade do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Sobre os métodos de avaliação aplicados nesse exame, Lacerda (2010) diz:

A avaliação do Prolibras foi dividida em duas etapas, sendo a primeira uma prova objetiva envolvendo o conhecimento, ética profissional e legislação que regulamenta a Libras. E, a segunda etapa, foi um plano de aula em Libras, [...] ou conduzir uma interpretação da Libras para o português e vice-versa. (p.33)

O certificado de proficiência tornou-se então requisito para atuação profissional de TILS exigido por parte de contratantes e até mesmo em concursos públicos.

É relevante citar que, no Artigo 19 do Decreto nº 5626/05, é possível que durante um período de dez anos, não havendo profissionais formados, aqueles que comprovassem as especificações a seguir poderiam exercer a função de tradutor e intérprete:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e superior;

II - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

Sobre essas permissões estabelecidas pelo Ministério da Educação, Barbosa (2010) faz a seguinte colocação:

Observa-se, assim, certo contrasenso neste documento ao prever necessidade formativa do profissional e ao aceitar, ao mesmo tempo, no período em que não houver profissionais graduados, a atuação de profissionais cujo único conhecimento exigido é ser competente em Libras, comprovado por exame de proficiência – Prolibras. Será que ter domínio de uma língua é garantia de que a pessoa possa vir atuar como tradutor intérprete? (p.36).

Ainda sobre isso, SANTOS (2010), discorre da seguinte forma essa situação pelo autor acima citada:

Os critérios exigidos pelo mercado de trabalho e pelo espaço acadêmico forçam cada vez o profissional TILS a atualizar-se cotidianamente, pois não basta apenas fluência nas línguas envolvidas no ato tradutório ou aprender a traduzir e/ou interpretar o que é solicitado. [...] exige que o profissional TILS esteja em constante busca de novos conhecimentos e atualizações, sejam técnicas ou científicas. (p.103,104).

Uma publicação de destaque sobre a profissão e TILS, trata-se do livro “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”, lançado no ano de 2004, pelo

Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, de autoria de Ronice Müller de Quadros. Este livro trata aspectos da formação do TILS e cita o primeiro encontro internacional que problematizou o assunto na América Latina, realizado no ano de 2001 em Montevideu, Uruguai com o apoio da Federação Mundial de Surdos (WFD – *World Federation of the Deaf*), da qual resultou em algumas conclusões e recomendações, apontando e sugerindo aspectos envolvendo a profissão do tradutor e intérprete da língua de sinais:

É interessante observar que, enquanto a comunidade surda não constitui um grupo com identidade sócio-cultural-política, o intérprete não se constitui enquanto profissional (p.51).

O primeiro curso de nível superior para formação de tradutores e intérpretes da língua de sinais no Brasil foi ofertado pela instituição privada UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba no estado de São Paulo entre os anos de 2004/2005 antes mesmo das exigências legais serem definidas.

No ano de 2006, outra instituição que ofereceu o curso em nível superior tecnólogo foi a PUC- Pontifícia Universidade Católica em Minas Gerais em Belo Horizonte. Segundo informações obtidas no site da instituição, o curso se intitula Graduação tecnológica em Comunicação Assistiva: Braile e Libras tem duração de cinco períodos e traça como objetivo “formar agentes de inclusão social, para inserção imediata no mercado de trabalho”. O curso ainda habilita o estudante com dupla certificação sendo elas: do 1º ao 3º período como Brailista, e do 1º ao 5º período como Intérprete de Libras e Guia Intérprete (PUC, 2015).

Lacerda (2010) comenta sobre os cursos iniciais oferecidos e conclui que “não há parâmetros claros a seguir, e, portanto, a construção e a reavaliação dessa formação [ainda] estão em consolidação” (p.31).

Contemplando os aspectos de formação, Russo (2009) cita que:

A formação dos ILS em nosso país ainda carece de muito estudo e pesquisa para que possa se destacar como uma formação de qualidade. Temos diversas modalidades de cursos oferecidos: pequenos cursos, oficinas, cursos

de extensão curso superior de tecnólogo, entre outros, mas ainda não dão conta de toda demanda de nosso país. A promoção de cada um desses cursos é feita de acordo com as necessidades e as condições locais, não sendo na maioria das vezes cursos institucionalizados (p.16).

Em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC oferta o primeiro curso em nível superior para formação específica de bacharéis em Letras/Libras, com habilitação em tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais<sup>4</sup>. O curso foi ofertado da modalidade de educação à distância em 15 pólos, segundo Quadros (2015, p.346) são eles:

1. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES),
2. Universidade Federal da Bahia (UFBA),
3. Centro de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET/GO),
4. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
5. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD),
6. Universidade Federal do Pernambuco (UFPE),
7. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
8. Universidade de Campinas (UNICAMP),
9. Universidade Federal do Paraná (UFPR),
10. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
11. Universidade Estadual do Pará (UEPA),
12. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN),
13. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG),
14. Universidade de Brasília (UNB),
15. Universidade Federal do Ceará (UFC).

A oferta do curso marca o investimento estatal na formação de TILS e de professores de Libras em todas as regiões do país, e segundo Quadros e Stumpf (2015):

O Curso de Letras Libras Licenciatura e Bacharelado tornou a Universidade Federal de Santa Catarina em um centro de referência na área de Libras,

---

<sup>4</sup> Em 2006 a UFSC ofereceu o curso licenciatura Letras/Libras EaD em 8 estados e no Distrito Federal. Em 2008 a mesma habilitação foi ofertada simultaneamente ao curso bacharelado em Letras/Libras nos polos listados.

pois o primeiro curso de Letras Libras do país e tem formado pesquisadores nas áreas de Linguística pelo programa de Pós-Graduação em Linguística, dos estudos da Tradução e em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação, com pesquisas específicas envolvendo a Libras e a educação de surdos. Formou 716 licenciados e 312 bacharéis em Letras Libras. (p.11)

Em 2009 a UFSC lança o curso bacharelado em Letras/Libras na modalidade presencial, com aulas em Florianópolis e turmas regulares que ingressam por meio do vestibular e atualmente também por meio do SISU<sup>5</sup>.

Ambos os currículos dos cursos Bacharelado em Letras/Libras (EaD e presencial) ofertados pela UFSC não apresentam conteúdo relacionado à tradução audiovisual, apesar de percebermos um privilégio às áreas de educação, saúde e jurídica.

Hoje outras instituições também oferecem curso superior com titulação em bacharel para formação de TILS: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim como observado anteriormente percebemos que nenhum dos currículos dos cursos contém disciplinas ou conteúdos para formação para atuação em meios audiovisuais.

Entendemos que hoje o mercado de trabalho oferece outros espaços além do contexto educacional, jurídico e de saúde para atuação de TILS e que todos devem de igual modo serem apresentados e trabalhados de forma específica na formação de TILS, nesse sentido corrobora Santos (2010):

As relações estabelecidas atualmente entre TILS e a comunidade surda passa a ser profissional, pois a comunidade surda transita em diferentes contextos sejam eles sociais, políticos, educacionais e acadêmicos exigindo que o TILS seja um profissional qualificado para exercer a função de tradução ou de interpretação (p.103).

Tal lacuna nos currículos foi identificada pelos colaboradores dessa pesquisa que em sua grande maioria concordam sobre a falta de aprimoramento específico na área televisiva destacando não terem tido oportunidade de se aperfeiçoar.

---

<sup>5</sup> Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação.



#### 1.4 Espaços de atuação

Uma vez formados e reconhecidos legalmente, os espaços de atuação passam a se ramificar abrangendo esferas antes não atendidas de forma profissional, como é o caso, por exemplo, dos espaços de saúde, onde como já citado no início desse trabalho, os atendimentos realizados de forma voluntária e na maior parte por membros da família dos sujeitos surdos.

Segundo Napier (2010), Frishberg (1990), Souza-Júnior (2010), Solow (1981) os TILS podem atuar em diferentes campos, sendo eles:

- Médico: atuando em consultas e exames clínicos.
- Serviços Sociais e Governo: atendendo em centrais de intérpretes, centrais de atendimento ao cidadão e outros serviços públicos.
- Guiainterpretes: atuando na mediação linguística realizada para pessoas surdascegas.
- Telefone: realiza a mediação através serviços de chamadas telefônicas.
- Conferências: atuando em palestras, congressos, seminários e eventos com relevante número de pessoas.
- Educação: escolas, universidades, cursos de extensão e capacitação, cursos técnicos.
- Jurídico: delegacias, reconciliações, divórcios, questões jurídicas, etc.
- Política: atuando em debates, discursos e pronunciamentos político-partidário.
- Religiosa: cultos, missas, evangelizações, retiros espirituais.
- Arte: peças teatrais, festivais, shows musicais.
- Turismo: museus, passeios turísticos guiados.
- Audiovisual: programas de TV, propagandas eleitorais, propagandas comerciais, documentários, vídeo-aulas.

Queremos, no entanto, destacar o contexto audiovisual, sendo ele também um dos campos de atuação do profissional TILS e o foco de nossa pesquisa. Há participação de TILS audiovisuais também em campanhas político partidárias e a procura por esses profissionais se intensifica no período eleitoral, mais uma vez uma fatia do mercado que valoriza o profissional intérprete audiovisual e essa relação profissional estende-se além de grandes cidades e capitais também às cidades do interior como é o caso de Juazeiro do Norte (Ceará) e Chapecó (Santa Catarina) conforme as figuras ilustrativas abaixo:



Figura 1 – Propaganda Eleitoral da Candidata à Deputada Federal Luciane Carminatti (SC).

Fonte: <https://youtu.be/c06O1D23eaE>



Figura 2 – Propaganda Eleitoral do Candidato à Vereador Professor Antonio (CE).

<https://youtu.be/siElh5yOmWQ>

E sobre atuação na esfera audiovisual os autores Canós, Varela e Albir (1999) caracterizam a TAV da seguinte forma:

As linguagens audiovisuais se caracterizam pela confluência de ao menos dois códigos (tanto no texto original como na tradução): por uma parte, o código linguístico (oral e/ou escrito) e por outra o código visual (verbal e/ou icônico). O texto audiovisual deve ser considerado a partir de um ponto de vista semiótico (a soma de códigos que interferem no texto), narrativo (relato) e comunicativo (segundo os traços situacionais presentes). (p.182)

Os autores passam a relacionar quatro características principais que devem estar implícitas ao tradutor e intérprete que atua no contexto audiovisual, essas colocações corroboram para as questões de formação já discutidas nesse trabalho, uma vez que, as mesmas não são contempladas em nenhum dos cursos de formação até então desenvolvidos, pelo menos não há informações nesse sentido aqui no Brasil.

Para ilustrar segue as informações elencadas pelos autores por meio do esquema abaixo (figura 1).

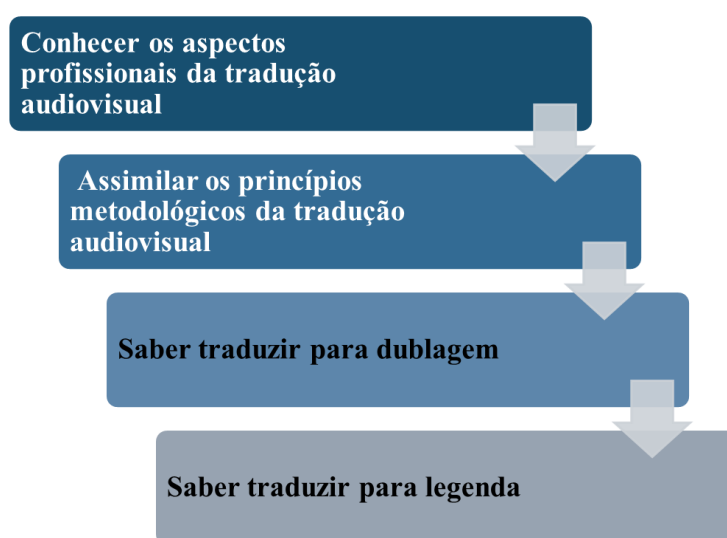


Figura 3. Esquema da formação em TAV com base em Canós, Varela e Albir (1999).

Embora os autores estejam se referindo aos tradutores de línguas orais, essas informações podem ser aplicadas também aos tradutores de línguas de sinais e vale lembrar que dentro de cada uma dessas categorias existem sub-caterogias que explicitam a função do profissional que atua no contexto audiovisual algo que o distancia dos outros contextos, as especificações técnicas como parte principal desse tipo de atuação faz com que a necessidade de capacitação seja considerada com mais seriedade a fim de proporcionar aos atuantes nesse contexto maior segurança e autonomia para tanto.

## 2. ESTUDOS DA TRADUÇÃO

### 2.1 Contextualizando os Estudos da Tradução

Apesar da prática da tradução já existir, por muitos séculos, foi somente na metade do século XX que os Estudos da Tradução (ET) passam a ser reconhecidos como campo acadêmico disciplinar. Em 1972 no 3º Congresso Internacional de Linguística Aplicada, realizado em Copenhague, o pesquisador e estudioso James S. Holmes propôs a criação de uma nova disciplina a qual foi chamada de Estudos da Tradução, sua proposta estava voltada para os problemas relacionados ao fenômeno da tradução como processo e como produto. Desde muito tempo a tradução vem sendo problematizada, exemplo disso são as traduções de documentos bíblicos feitos por São Jerônimo (395) algo que continuou até Lutero (1530) (FERREIRA, 2010). Além das problemáticas, mitos e até controversas vindas da famosa história contida na Bíblia Sagrada relatando sobre a famosa Torre de Babel, onde segundo o profeta Moisés em 1513 (AEC) Deus havia espalhado os homens por toda terra lhes confundindo os idiomas:

Assim, Jeová os espalhou dali por toda a face da terra, e, por fim, eles deixaram de construir a cidade. É por isso que a cidade recebeu o nome de Babel, porque Jeová confundiu ali o idioma de toda a terra, e Jeová os espalhou dali por toda a face da terra (Bíblia, Gênesis:11:8,9).

Tradutores e intérpretes têm traduzido desde sempre e alguns pensadores refletem sobre esse ofício. Podemos citar alguns, Dolet (1509-1546) que no século XVI escreveu sobre “A Maneira de traduzir de uma língua para outra” (1540). Dryden (1631-1700) propôs três tipos de tradução em seu “Prefácio às Cartas de Ovídio” (1680), (i) metáfora: verter palavra por palavra; (ii) paráfrase: tradução de sentido; (iii) imitação: recriação. Ainda podemos citar as reflexões de Tytler (1747-1813), que estabeleceu três princípios ao escrever *The principles of translation* (Os princípios da tradução-1791) sendo eles: (a) a tradução deve fazer uma transcrição completa da ideia da obra

original; (b) o estilo e o modo da escrita devem ser os mesmo do original; (c) a tradução deve conservar toda a naturalidade do original. (BARTHOLOMEI; VASCONCELLOS, 2008).

Pesquisadores tais como Holmes (1972) e Williams e Chesterman (2002) propõem a caracterização desse campo teórico com a finalidade de abranger as diversas possibilidades que ramificam os estudos, além de afirmar tanto fundamentos teóricos com, metodológicos próprios, assim esses estudiosos mapearam os ET categorizando essa diversidade entre as possibilidades do ato tradutório e interpretativo. Podemos ainda, citar a editora *St. Jerome Publishing*<sup>6</sup> que no ano de 2008 listou em 27 categorias suas publicações relacionadas aos ET. (RODRIGUES, 2013, pg.20-21).

Vale ressaltar que na lista publicada pela *St. Jerome Publishing* encontramos como primeiro relacionado a Tradução Multimídia e Audiovisual demonstrando que o escopo de nossa pesquisa já é mencionado, listado e relacionado como um campo de interesse nos Estudo da Tradução.

Assim, concluímos que os ET é um campo teórico de estudos onde a interpretação envolvendo tanto as línguas orais e suas modalidades bem como, as línguas de sinais e suas possibilidades, simultânea ou consecutiva, por exemplo, compõe a grande área de estudos.

### **2.1.1 Tradução**

Uma vez considerado o campo teórico em que a tradução está relacionada, passamos a refletir agora sobre algumas definições dadas a ela embasadas em alguns pesquisadores que em sua maioria se referem ao ato tradutório o relacionando entre pares de línguas faladas. O verbo 'traduzir' origina-se do latim '*traducere*' que significa: 'passar de um lado para outro', 'conduzir', 'transferir'. Entende-se que tradução envolve a passagem de um texto fonte para um texto alvo por meio da modalidade escrita.

---

<sup>6</sup> Editora renomada especializada em ET e Estudos Interculturais.

Na perspectiva de Catford (1980 p. 22) o conceito de tradução é expresso como “a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual noutra língua (LM)”.

Já Vinay e Darbelnet “concluíram que a tradução, [é] a operação de transferência de uma língua A para uma língua B com o objetivo de expressar uma mesma realidade X” (VIEIRA 1996, p.12).

Ainda Lee-Jahnke (2013, et al) definem tradução como “a operação interlinguística que consiste em interpretar o <sentido> de um <texto de partida> e em produzir um <texto de chegada>, procurando estabelecer uma relação de <equivalência> entre os dois, segundo os parâmetros inerentes à comunicação e dentro dos limites das <restrições> impostas pelo <tradutor> (p.112).

Para Rónai (1981), “as palavras não possuem, sentido isoladamente, mas dentro de um contexto, e por estarem dentro desse contexto.” (p.2). O mesmo autor ainda define o ato tradutório como sendo “levar alguém pela mão para o outro lado [...]” (p.20).

Na perspectiva filosófica de Jacques Derrida, “a tradução torna presente sobre o modo somente antecipador, anunciador, quase profético, uma afinidade que não está jamais presente nessa apresentação”. (DERRIDA 2002, p.44). Segundo o filósofo, “se existe texto traduzido e texto ‘traduzante’ uma relação de ‘original’ à versão, ela não poderia ser ‘representativa’ ou ‘reprodutiva’. A tradução não é nem a imagem e nem uma cópia”. (p.35).

Ainda sobre tradução, Batalha e Pontes (2007) dizem que:

a tradução não é uma atividade mecânica, que pode ser exercida por qualquer pessoa que fale bem uma língua estrangeira. Não é permanecer no enunciado, mas sim elaborar um discurso de significados novos produzindo um outro texto (BATALHA e PONTES, 2007, Não paginado).

Dentro desse campo teórico dos ET existe uma tipologia clássica apresentada por Jakobson (1959) onde conceitua sobre o termo tradução da seguinte maneira: *intra*linguística, que trata da reformulação entre os signos de uma mesma língua; *inter*linguística, tradução entre duas línguas

diferentes e intersemiótica, trata-se de uma tradução feita por meio da transformação de um signo não verbal numa linguagem verbal, nesse último apenas a título de exemplo, pintura em tela, esculturas, filmes, etc.

O entendimento desses conceitos nos leva à prática da tradução, que envolve o tradutor como mediador cultural fazendo com que seja possível que línguas e culturas diferentes se relacionem entre si.

### **2.1.2 Interpretação**

Diferente da tradução, que carrega traços da escrita em sua produção, a interpretação é o termo usado para casos onde a enunciação se dá, face a face, um exemplo são as interpretações de LS para o português bem como as interpretações de conferencias.

Alguns autores relacionam a interpretação também como um ato tradutório, exemplo disso é o que lemos na definição de Magalhães (2007, p.26) que destaca as ações de traduzir e interpretar como algo que se interpenetram, significando que uma necessariamente sempre irá precisar da outra. Já Ferreira (2010) descreve sobre o ato interpretativo:

A interpretação manifesta-se pela substituição (em simultâneo ou de forma consecutiva) da faixa oral do texto de partida por outra equivalente no texto de chegada. (p.32)

Conforme já citado, os mapeamentos desenvolvidos na área dos ET trazem a interpretação enquanto ramo consolidado nesse desdobramento interdisciplinar sendo possível verificar sua trajetória em direção a um espaço institucionalizado dentro desse campo teórico (VASCONCELLOS, 2010).

Não há, no entanto, como distanciar a interpretação totalmente da tradução, assim como afirmam alguns estudiosos, ambas as profissões têm muito em comum. Pagura (2003) com o intuito de aprofundar as discussões a respeito diz:

O propósito principal tanto da tradução como da interpretação é fazer com que uma mensagem expressa em determinado idioma seja transposta para outro a fim de ser compreendida por uma comunidade que não fale o idioma em que essa mensagem foi originalmente concebida (p.223).

Uma das principais diferenças entre traduzir e interpretar está relacionada ao tempo em que ambas as produções são realizadas, uma vez que durante o processo tradutório é possível se fazer pausas, retornos, reflexões, consultas acerca do texto fonte no ato interpretativo todas as informações tanto de vocabulário como de expressões precisam estar disponíveis *a priori*, uma vez que consultas e reflexões pausadas não são possíveis pela característica simultânea que esse processo carrega.

Outro aspecto a salientar é que o tradutor trabalha normalmente sozinho por horas com seu computador, o intérprete, sua grande maioria, trabalha em equipes que se revezam em eventos, algumas vezes conversando face a face com o interlocutor buscando ajustar sua interpretação da melhor maneira possível direcionada ao público alvo (LACERDA 2010).

A interpretação pode ocorrer em duas principais modalidades sendo elas 'simultânea', onde ao se processar a mensagem os intérpretes a re-expressam na língua de chegada, essa modalidade "permite a tradução de uma mensagem em um número infinito de idiomas" e a 'consecutiva': "aquela onde o intérprete escuta um longo trecho de discurso [...] e após a conclusão de um trecho significativo assume a palavra e repete todo o discurso na língua-alvo" (PAGURA, 2013, p.211).

## **2.2 Mapeamentos nos Estudos da Tradução**

Conforme já mencionado o campo dos ET foram organizado e estruturado por meio de mapas objetivando-o como campo autônomo de estudos e pesquisa.

Nessa perspectiva, Holmes (1972) sugeriu a seguinte organização:





Figura 4. Mapeamento de Holmes (1972)

Comentando sobre a estrutura elaborada, Rodrigues 2013 diz:

[...] pode se afirmar que ele buscou organizar as diversas investigações acerca da tradução com o intuito de fazer com que a disciplina nascente fosse capaz de acabar a diversidade de abordagens de seu objeto ao mesmo tempo em que definia seus fundamentos teóricos epistemológicos e metodológicos próprios. (p.20).

Holmes reconhece dois eixos fundamentais na investigação dos ET: uma área mais teórica que denominou 'pura' e outra técnica, a qual passou a chamar de 'aplicada', sendo essa segunda voltada para aspectos como, dicionários, aplicações informáticas, qualidade e avaliação.

Dentro dos Estudos da Tradução 'puros', Holmes distinguiu entre uma vertente teórica, "Theoretical Translation Studies" e uma vertente descritiva, "Descriptive Translations Studies". Esta divisão tripartida viria mais tarde a dar lugar a uma corrente teórica preponderante na área dos Estudos da Tradução Audiovisual [...] (FERREIRA, 2010, p.24).

A partir dessa proposta inicial, muitas mudanças ocorreram e com o intuito de auxiliar e orientar os novos estudantes, então os pesquisadores Willians e Chesterman (2002) desenvolveram um novo mapa considerando tais mudanças. Esse novo mapeamento facilitou tanto o

entendimento conceitual como ampliou a visão dos aspectos teóricos possíveis de serem, abordados nos estudos da tradução (RODRIGUES, 2013).



Figura 5. Mapa de Willians e Chesterman (2002)

A nova configuração do campo dos ET que traz esse mapeamento divide a área em doze sub-áreas que agora contempla a interpretação (número 9 na tabela acima) campo disciplinar, mas algo que particularmente nos interessa destacar que é a Tradução Multimídia também está igualmente relacionada, diferente da apresentação inicial feita por Holmes que por ter um caráter mais generalista não aponta a TAV ou multimídia, como é chamada no mapeamento de Willians e Chesterman.

Uma listagem, similar ao que expomos como mapeamentos da área dos ET, é apresentada pela editora *St. Jerome Publishing*<sup>7</sup> no ano de 2.007, queremos assim privilegiar esse último que categoriza os estudos em 27 áreas e subáreas tendo como primeira a **Tradução Multimídia e Audiovisual**, foco dessa pesquisa, nos trazendo a atenção a um campo disciplinar de estudos e

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://www.stjerome.co.uk/tsa/category/?p=1>>.

pesquisas. É possível notar novos interesses disciplinares surgindo a partir dessa lista como é o caso das línguas de sinais que não são áreas isoladas, mas que se inter-relacionam.

1	<b>Tradução Multimídia e Audiovisual</b>
2	Tradução Religiosa e Bíblica
3	Bibliografias
4	Interpretação para a Comunidade/Interpretação de Diálogo/Interpretação para Serviço Público
5	Interpretação Simultânea e de Conferência
6	Estudos Comparativos e Contrastivos
7	Estudos Baseados em Corpus
8	Interpretação Legal e Jurídica
9	Avaliação/Qualidade/Avaliação/Testes
10	História da Tradução e Interpretação
11	Estudos Inter-Culturais
12	Estudos de Interpretação
13	Tradução Literária
14	Tradução (auxiliada) por Computador
15	Trabalhos de Múltiplas Categorias
16	Estudos Orientados ao Processo
17	Metodologia de Pesquisa
18	Interpretação de Línguas Sinalizadas
19	Tradução Técnica e Especializada
20	Terminologia e Lexicografia
21	Gênero e Tradução
22	Tradução e Ensino de Línguas
23	Tradução e Política
24	Tradução e a Indústria da Língua
25	Políticas de Tradução
26	Teoria da Tradução
27	Formação de Tradutor e Intérprete

Figura 6 – Lista de St.Jerome Publishing (2007)

É possível afirmar que, embora ainda existam alguns obstáculos a serem vencidos como, por exemplo, a definição rigorosa de seu objeto de estudo, os ET conseguiram reconhecimento no que diz respeito ao caráter científico da disciplina (FERREIRA, 2010).

Como foco dessa pesquisa, queremos privilegiar nesse macro-contexto, a TAV que se insere também em alguns dos mapeamentos como sendo campo produtivo dos ET.

### 2.2.1. Localização da Tradução Audiovisual

Conforme já mencionado a TAV é objeto de estudo do dos ET. Willians e Chesterman (2002) localizaram os estudos da TAV e a denominaram 'tradução midiática' como quarto campo de estudo em seu mapeamento. Entretanto, temos adotado em nossa pesquisa, o termo 'tradução audiovisual' em conformidade com Albir (2011) que define como TAV audiovisual aquela realizada em cinemas, televisão, vídeos, textos audiovisuais de todos os tipos, como documentários por exemplo.

Segundo Léon (2000), a interpretação audiovisual ou midiática é aquela que se realiza para os meios de comunicação de massa como: cinema, televisão e vídeos (p.270).

Reiss (1971 apud MONDAY, 2001 p. 182) denomina a área como tradução audio-midial e já para Luyken et al. (1991) a sub-área dos estudos da tradução é chamada de 'transferência de linguagem audiovisual' e para Gottlieb (1994), 'tradução diagonal'.

Albir (1999) complementa ainda sobre essa modalidade de tradução:

As linguagens audiovisuais se caracterizam principalmente pela confluência de pelo menos dois códigos (tanto em texto original como na tradução): por uma parte o código linguístico (oral e/ou escrito) e por outra o código visual (verbal e/ou icônico). O texto audiovisual se considera desde o ponto de vista semiótico (a soma dos códigos envolvidos em texto) narrativo (relato) e comunicativo (de acordo com as situações presentes) (p.182).<sup>8</sup>

Snell-Hornby (1988) relata que o início da Tradução Audiovisual deu-se paralelamente com a tradução de filmes, algo que aconteceu, por exemplo, com a publicação "Babel" que dedicou um número especial para o cinema em 1960 e passou a refletir questões profissionais relacionadas a essa modalidade. Segundo Snell-Hornby (1988) muitos autores contribuíram para a divulgação e interesse por esse campo de atuação como é o caso de Gambier (1995,1996,1998), Gottlieb (1997,2000) e Delabastia (1990) que salientou as implicações semióticas da interação entre vários códigos voltados para a abordagem cultural dos ET. Ainda conforme Albir (1999) podemos citar os seguintes pesquisadores interessados nessa perspectiva de estudo: Fodor (1976), Pommier (1988), Luyken (1991), Izard (1992), Whitman-Linsen (1992), Zabalbeascoa (1993),

---

<sup>8</sup> Todos os trechos e citações escritos originalmente em espanhol foram traduzidos pela autora da pesquisa.

Agost (1996,1999), Ávila (1997), Gambier (1998), Linde y Kay (1999), Karamitroglou (2000), Chaume (2000), entre outros.

No Brasil destacamos as pesquisas de alguns autores como por exemplo: Vera Lúcia Santiago Araújo, Juarez Nunes de Oliveira Junior, Célia Maria Magalhães, entre outros.

Os estudos voltados para TV assumem-se como entidade disciplinar que se cruza com outras áreas interdisciplinares, como os estudos culturais, semióticos, fílmicos, cognitivos, entre outros e este cruzamento disciplinar pode explicar o surgimento de termos usados para justificar esta abrangência conceitual que tornou a TAV, e com esse termo distancia-se de sua conexão inicial ao cinema e começa a ser usado para designar a forma de transferência interlinguística que podemos relacionar entre visual e acústica (FERREIRA, 2010).

Ainda sobre as implicações desse campo de atuação Léon (2000) diz:

Os meios de comunicação criam novas formas e condições de trabalho. Chamamos de interpretação midiática a que se realiza para os meios de comunicação em massa: rádio, cinema, televisão e vídeo. As sobrecargas que ocorrem na pessoa do intérprete é uma dificuldade acrescida que o intérprete deve superar; equivalente a crescentes conhecimentos de informática necessários pelo tradutor para satisfazer sua clientela, e que não têm nada a ver com a sua tarefa linguística (p.270).

Atuando nesse contexto é possível descrever a abrangência das produções, sendo elas caracterizadas por modalidades diferentes de tradução. Apresentamos a tabela abaixo, que representa cada uma dessas modalidades:

<b>MODALIDADE</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
<b>Dublagem</b>	Modalidade de tradução audiovisual em que o texto visual permanece inalterado e se substituí o texto original por outro texto oral em outra língua. Sua característica principal são as fases de ajustes.
<b>Voice-Over (vozes sobrepostas)</b>	Modalidade de tradução audiovisual, utilizada especialmente em documentários em que se sobrepõe a tradução oral ao texto original. O texto original é emitido num volume inferior à tradução que começa uns três segundos depois, mas termina ao mesmo tempo.
<b>Legendagem</b>	Modalidade de tradução audiovisual em que o texto audiovisual original permanece inalterado e se adiciona um texto escrito que emite simultaneamente os enunciados correspondentes a língua original. As principais características são manter o texto original e a sincronização de subtítulos.

<b>Interpretação Simultânea</b>	Modalidade de tradução audiovisual em que se traduzem oralmente diálogos de maneira simultânea projetando a versão original.
---------------------------------	--

Figura 7 - Quadro descritivo das modalidades de Tradução Audiovisual baseado em Albir (1999) - p.183.

Para Gambier (2003 apud Monday, 2001 p. 184 - 185) a TAV atua nas seguintes áreas:

MODALIDADE	CARACTERÍSTICA
<b>Legenda Interlingual</b>	Presente no cinema e em vídeos de forma 'aberta' ou fixa no original ou de forma 'fechada', como Dvds onde é possível selecionar a legenda como opção.
<b>Legenda Bilingue</b>	Quando são fixadas duas legendas em duas línguas diferentes, como ocorre em alguns países como a Bélgica.
<b>Legenda Intralingual</b>	Na língua nacional, disponibilizado como recursos de acessibilidade para pessoas surdas.
Dublagem	Substituição da voz em língua fonte por áudio com voz em língua alvo, atentando a sincronização de lábios (lip-sync).
<b>Surtitling</b> ou legenda em tempo real	Projetada na parte inferior, superior ou laterais de um palco, ou dispositivos eletrônicos móveis ou em telas fixadas nos encostos de poltronas. Geralmente utilizado em grandes eventos operas e teatros.
<b>Audiodescrição</b>	Voltado para pessoas cegas, são comentários intralinguais em áudio secundário sobre informações contidas no produto em vídeo.

Os estudos da TAV aplicada a acessibilidade teve um grande impulso em 2005, como afirma Orero (2007, p. 12 revista Trans), contudo cabe considerar que esses estudo, em sua maioria tem foco na audiodescrição e na legenda oculta para surdos, deixando uma lacuna no que se refere a inserção da janela em língua de sinais também como provedora de tradução e interpretação em vídeo e recurso de acessibilidade.

A TAV em língua de sinais pode ocorrer como processo tradutório propriamente dito, quando os TILS fazem tradução de programação a partir de textos e roteiros, ou como interpretação simultânea em conteúdos transmitidos ao vivo.

Como mencionado, a TAV em língua de sinais para surdos se faz por meio da inserção do que até agora foi chamado 'Janela de Libras'. Sugerimos alinhar neste trabalho o termo 'Legenda em Língua de Sinais', deixando para trás denominações até certo ponto pejorativas como "janelinha" que popularmente é usado para referir-se a esse tipo de produção audiovisual.

A modalidade legendagem dentro dos ET é o que mais se aproxima da produção realizada no meio audiovisual conforme Albir (1999) supracitado, a legendagem é a modalidade de tradução audiovisual em que o texto audiovisual original permanece inalterado e se adiciona um texto escrito que emite simultaneamente os enunciados correspondentes a língua original. Apesar de o autor citar a legenda escrita, entendemos que o tradutor audiovisual da língua de sinais assume o papel da escrita como registro linguístico visual e nesse sentido ocupando a função de legenda voltada ao público surdo. Entendemos que as formas de escrita das línguas de sinais não são padrão, e são de uso social restrito, o que impossibilita sua utilização em legendagens.

Ainda sobre as legendas, Smith (2008) faz a seguinte colocação:

As legendas são palavras impressas que aparecem na parte inferior da tela da TV (como legendas que traduzem diálogos nos filmes estrangeiros) [...] a legenda é uma ferramenta importante para as pessoas surdas, por permite a elas ter o mesmo acesso às informações públicas, à comunicação de emergência e ao entretenimento (p.322-23).

Na perspectiva de Torres e Mazzoni (2007):

[...] o maior uso da legendagem, como técnica para obtenção da acessibilidade encontra-se na programação produzida na língua pátria e transmitida em sinal fechado, o qual pode ser captado nos aparelhos receptores que possuem essa opção conhecida como CC – *closed caption*. Os programas transmitidos ao vivo, bem como os programas gravados devem ser gerados com um sistema de legendas por meio do qual o telespectador com deficiência auditiva pode acompanhar as locuções e os diálogos existentes e receber outras informações adicionais (p.77).

Em sua tese, Ferreira (2010) já se refere ao termo "Legendagem para s/Surdos" explicando que "esse termo será utilizado para referir o tipo de legendagem (independente da língua de partida e chegada) que, conscientemente, utiliza métodos e soluções que visam colmatar a

impossibilidade de acesso à parte não-verbal da mesma acústica” (p.20), A autora baseou sua investigação nas necessidades específicas da população surda em Portugal e por isso ela afirma que nesse país:

cerca de 80 a 90% dos programas estrangeiros são legendados, e talvez por isso, tenho sido necessários vários anos até que se começasse a tomar consciência que a legendagem aberta não satisfaz as necessidades do público com surdez um público com necessidades muito concretas (p.20).

Observamos que a afirmação dos autores corrobora com a terminologia sugerida nessa pesquisa. Ser a legenda é um recurso em acessibilidade e estando classificada dentro dos ET como objeto do mesmo, é possível então substituir o termo “janelinha” também por legenda.

Mas talvez possamos nos perguntar então, porque não utilizar o termo dublagem ou tradução simultânea para esse processo?

Se pensarmos na dublagem, onde sua característica principal são as “fases de ajustes” principalmente no que diz respeito ao léxico observando as pronúncias e então ajustando o mais próximo possível à língua fonte da língua alvo, percebemos que se trata de uma questão de pronúncia, literalmente a substituição de uma voz por outra voz envolvendo muito mais o fator tempo onde a própria natureza da língua não caberia à sugestão de dublagem a legenda de libras. (ALBIR, 1999).

A modalidade simultânea trata-se “de uma modalidade em que se traduzem oralmente diálogos de maneira simultânea projetando a versão original”, nos casos em que esse processo acontece dentro de uma programação de TV nada se altera simplesmente se agrega a filmagem do mesmo. Assim, não achamos ser relevante essa terminologia, pois continuará sendo uma interpretação simultânea dentro do contexto audiovisual que estará sendo filmada, mas carregará todos os traços que um processo simultâneo, como ocorre, por exemplo, em conferências. O profissional não terá tempo de trabalhar suas escolhas, fazer ajustes, etc., que são traços típicos de um processo tradutório. Será apenas uma tradução simultânea filmada.



Sobre *voice-over* percebemos que sua característica principal é manter o áudio original e iniciar a fala tradutória aproximadamente 3 segundos depois, só essa característica já não nos daria base para assim nomear a legenda de libras, uma vez que a diferença da natureza da língua não condiz com o trabalho realizado. Não caberia para a LS ter como objetivo manter o áudio tendo em vista o público a que se destina a produção.

Segundo Albir (1999), ainda dentro dos estudos da TAV, podemos relacionar além das modalidades, os gêneros envolvidos nesse tipo de produção:

- Gênero Dramático: filmes novelas, óperas filmadas, etc.
- Gênero Informativo: tele-jornais, reportagens, programas de divulgação, programas culturais, campanhas de vacinação, etc.
- Gênero Publicitário: propagandas políticas, reportagens, vendas feitas pela TV, etc.
- Gênero de Entretenimento: programas com abordagens cotidianas sociais, programas de humor entrevistas, etc.

Os gêneros podem se co-relacionar em um mesmo programa e a compreensão desses e suas características são importantes no processo de distinção entre eles.

Não são em todos os gêneros que encontramos as produções em libras, com exceção de programações muito específicas à acessibilidade ou ao público surdo, em sua maioria existe uma escassez em tradução e interpretação na LS.

Embora exista programação acessível com Legenda em Libras em todos os gêneros, ela não se dá de forma regular em sua maioria.

### 3. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO AUDIOVISUAL PARA SURDOS NO BRASIL

Não se tem ao certo, qual foi a primeira inserção de língua de sinais na TV brasileira ou qual foi o primeiro programa acessível para surdos na TV brasileira e quem foi o profissional que atuou no mesmo. Contudo, uma das aparições mais remotas de intérprete audiovisual que se tem registro foi realizada por Paulo Favalli nas eleições de 1.989, interpretando a propaganda política do então candidato a presidência da República Guilherme Afif Domingos.

Incluimos neste trabalho uma entrevista<sup>9</sup> gentilmente cedida pelo intérprete Paulo Favalli com objetivo de colher informações históricas quanto ao início de suas produções audiovisuais e trabalhos realizados naquela época na TV brasileira.



Figura 8 - Candidato Guilherme Afif Domingues durante a Campanha Eleitoral para presidência da República do ano de 1.985.

Fonte: <https://youtu.be/IqxIu17ybM0>

De acordo com o relato de Paulo Favalli, sua trajetória no contexto audiovisual começa a partir de um pedido do presidente da Associação de Surdos que frequentava querendo fazer um apelo às emissoras de TV que colocassem a legenda de libras pelo menos em seus noticiários já que era impossível a compreensão por parte da comunidade surda as informações cotidianas apresentadas nesses programas e como participante ativo da comunidade surda, muitas vezes

---

<sup>9</sup> Entrevista na íntegra disponível no Anexo IV.

pegou-se interpretando do lado de fora da TV quando alguma notícia chamava atenção dos surdos.

Atendendo ao pedido do presidente da Associação Favalli nos conta:

[...] “lá fui eu com minha ingenuidade até a TV Cultura (emissora essa que era a ideal para tal projeto) e ao ser recebido pelo responsável de programação ouço o seguinte argumento... Sua ideia é ótima, mas não para agora! E ai fui de porta em porta (SBT, Rede Manchete – hoje Rede TV, Record, Band) só não fui na Globo pois a sede é no RJ e isso seria inviável...deixei por último a TV Gazeta (uma TV local aqui de SP) e ao chegar na Gazeta...já totalmente desmotivado e sabendo das respostas ... Comecei o mesmo discurso quando fui surpreendido pelo nada mais nada menos Fernando Meireles ( na época era o Diretor de Programação da Emissora) que tinha acabado de voltar dos EUA e visto esse trabalho por lá e me ofereceu os últimos 3 minutos finais do Programa TV Mix ( apresentado pela Astrid Fontenelle)...eu na hora adorei mas fiquei arrasado...3 minutos !!??” (trecho da entrevista cedida)

Ele também relata que não tinha noção do “ineditismo e da necessidade” de sua produção e apenas poucas semanas depois passou a interpretar o programa todo e ganhou um quadro dentro da emissora para ensinar a língua de sinais no programa de Claudete Troiano e Ione Borges além de, nesse mesmo espaço fazer a tradução de algumas músicas.

Em 1989 que a convite do candidato à presidência da república Guilherme Afif Domingos traduziu a campanha eleitoral para a língua de sinais e sua repercussão atingiu âmbitos importantes na esfera audiovisual proporcionando a divulgação de sua atuação como profissional intérprete de libras audiovisual em outras programações como foi o caso dos convites recebidos por Olga Bongiovanni da TV Bandeirantes, Mara Maravilha, Ana Maria Braga no extinto programa Note e Anote da Rede Record de Televisão e por fim no programa da Xuxa. Atualmente Paulo Favalli trabalha na produção dos shows e de DVDs em Libras para a apresentadora Xuxa Meneghel.

Quando questionado a respeito das tecnologias aplicadas naquela época, Favalli comenta que tudo era muito simples, segundo ele tudo acontecia com uma câmera voltada para ele e na ilha de edição era inserido “o quadrinho (*Picture in Picture*<sup>10</sup>) e pronto.” Com relação ao aspecto

---

<sup>10</sup> Trata-se de um recurso de receptores de televisão, em que um programa é exibido ao mesmo tempo em que um ou mais outros programas em pequenas janelas, na mesma tela.

técnico, iremos apontar um pouco mais adiante nesse trabalho como estão às condições técnicas atualmente e apresentaremos os resultados desses questionamentos.

Abordando ainda aspectos histórico da tradução interpretação audiovisual no Brasil nos reportamos à FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e trabalha em prol da representação das pessoas surdas, tem como missão “desenvolver ações que promovam a qualidade de vida dos surdos nas áreas pessoal, profissional e social, valorizando seu potencial humano” (FENEIS, 2015)<sup>11</sup>.

Nessa perspectiva, ela lança no ano de 1.995 um livreto intitulado “O Intérprete de Libras”, com a proposta de analisar de maneira simples a atuação dos TILS e logo em sua introdução explica seu objetivo sendo ele:

proporcionar algumas informações sobre a área da interpretação da Língua de Sinais para pessoas interessadas nesta profissão e para própria comunidade surda (p.4).

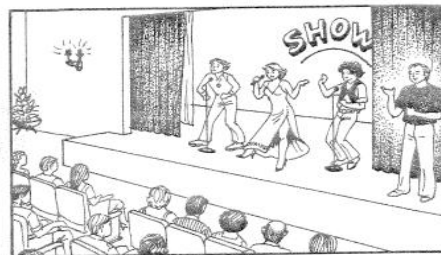
O livreto apresenta as funções básicas atribuídas ao TILS que, por questões como, avanço tecnológico, político-social, bem como capacitações e formações, não se aplicam mais com tanta eficácia nos nossos dias, mas o que queremos destacar é que já naquela época (1995), ou seja, aproximadamente vinte anos atrás, o tradutor e intérprete audiovisual já era reportado em uma publicação.

---

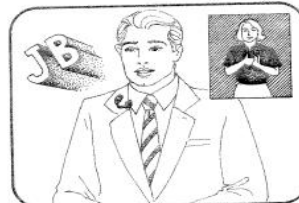
<sup>11</sup> Disponível em <<http://www.feneismg.org.br/quemsomos.htm>>.



Na atividade cultural cênica, as funções de interpretação da Língua de Sinais são tão importantes quanto o próprio desempenho dos protagonistas e a qualidade do texto.



Isso ocorre no teatro, no concerto, na apresentação de temas folclóricos e em tantos outros que venham necessitar de ilustração.



O mesmo ocorre na televisão, cuja programação passa a ser acessível aos surdos graças aos intérpretes da Língua de Sinais.

Figura 9- Capa do livreto: O que é o Intérprete de Língua de Sinais para pessoas surdas? E demonstração da referindo-se ao intérprete audiovisual (FENEIS, 1995, p.16).

Ainda nessa mesma publicação é possível encontrar aspectos éticos, de postura e conduta em diversos contextos de atuação, porém, enfatizaremos o aspecto audiovisual da qual esse trabalho se propõe a investigar.

O tradutor e intérprete audiovisual segue ganhando espaço no meio televisivo em diferentes contextos e emissoras, tanto na TV fechada quanto aberta e corporativa. Podemos citar a TV Brasil, TV AL, TV Câmara, TV NBR, REDE VIDA e TV Escola:



Figura 10 – Modelo TV Brasil  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 11- Modelo Rede Vida  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 12- Modelo TV NBR  
Fonte: Arquivo Pessoal

A TV Brasil que conta em sua grade de programas o semanal Programa Especial, dirigido ao público de pessoas com deficiências e o diário Jornal Visual que é voltado especificamente ao público surdo e por isso tem uma dinâmica um pouco diferente uma vez que contempla em sua maior parte da tela o intérprete de libras algo que costumeiramente não acontece em outras programações. As programações do Jornal Visual<sup>12</sup> são transmitidas desde o ano de 1988 de segunda a sexta-feira às 8:00hs. (Ver figuras abaixo 13 e 14).

---

<sup>12</sup> Mais informações disponíveis em < <http://tvbrasil.ebc.com.br/visual>>.



Figura 13- Transmissão de programação do Jornal Visual  
Fonte: <http://tvbrasil.ebc.com.br/visual>



Figura 14- Transmissão de programação do Jornal Visual  
Fonte: <http://tvbrasil.ebc.com.br/visual>

Há também veiculação de programação acessível em Libras na TV em eventos especiais, como ocorre no Teleton do SBT que dispõe a interpretação das músicas apresentadas, ou pronunciamentos de ministros de estado e cadeia obrigatória de rádio e TV.



Figura 15- Modelo Transmissão do especial 'Teleton' pelo SBT  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 16- Pronunciamento da Ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira.

Fonte: <https://youtu.be/CWC2DzAkmb0>

No âmbito da TAV, além do que é visto nas produções dirigidas à TV, há também os filmes, documentários, propaganda, vídeos institucionais e vídeos pedagógicos que incluem TILS, e a seguir citamos alguns exemplos:



Figura 17 - Turma da Mônica em Cine Gibi 1 – O Filme

Fonte: DVD Turma da Mônica Cine Gibi 1 – O Filme.



Figura 18 - Propaganda comercial das sandálias Havaianas.

Fonte: <https://youtu.be/k1X23Czf9g>





Figura 19 - Publicidade institucional do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Fonte: <https://youtu.be/k1X23Cjzf9g>



Figura 20- Documentário 'Histórias Posithivas'.

Fonte: DVD 'Histórias Posithivas'.



Figura 21 - Projeto Pitangú (Livros didáticos) – Geografia 4ª Série.  
Fonte: Livro Didático – Projeto Pitangú – Disciplina Geografia (2007).

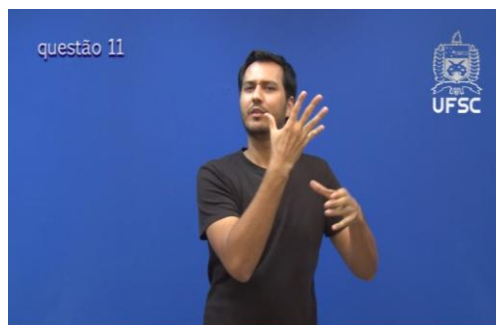


Figura 22 - Vestibular 2015 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Fonte: <http://www.vestibular2015.ufsc.br/provas-e-gabaritos/>

Um caso especial é o da TV INES, uma emissora via internet resultado da parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp) com toda a programação em Libras com legendas em língua portuguesa e locução. A dinâmica da TV permite diferentes modelos de inserção da Legenda em Libras, bem como, dispõe o interprete de Libras em atuação inversa da Libras para o português – um voice-over para produções em Libras.



Figura 23 - Programa Giramundos com Legenda em Libras na TV INES.  
Fonte: <http://www.feneispr.org.br/>



Figura 24 - Programa Salto para o Futuro com Legenda em Libras na TV INES.  
Fonte: Fonte: <http://www.feneispr.org.br/>

Por trás de toda essa diversidade de produções e programações televisivas há aspectos técnicos que iremos considerar a seguir.

### 3.1 Aspectos Técnicos

Ao relacionarmos os aspectos técnicos nessa pesquisa, apontaremos de forma mais minuciosa a Normativa estabelecida pela ABNT, a NBR 15.290/2005, onde embora alguns itens sejam considerados, por algumas emissoras de TV, nem sempre são essas as características que interferem na produção do profissional, além de apresentarmos com base nos resultados colhidos,

à condição e realidade atual de intérpretes audiovisuais inseridos em programas de TV em algumas regiões e estados brasileiros. Abaixo relacionamos os mais relevantes para esta pesquisa:

- *Estúdio* (local onde será gravada a imagem do intérprete):

- a) o espaço de suficiente para que o intérprete não fique muito próximo ao fundo e evite então sombras;
- b) iluminação suficiente e adequada para a boa captação da câmera;
- c) câmera de vídeo apropriada e fixada sobre tripé fixo;
- d) marcação de solo a fim de delimitar o espaço de movimentação do intérprete.

- *Janela* (espaço em que ficará o intérprete):

- a) ter contrastes nítidos quer em cores ou não entre o intérprete e as cores de roupas e fundo por eles utilizadas;
- b) foco da câmera de forma possível a captar toda a movimentação do intérprete;
- c) iluminação adequada para evitar sombras e ofuscamento nos olhos do intérprete.

- *Recorte WIPE* (recorte em que fica o intérprete na tela da TV):

- a) altura do recorte: no mínimo metade da altura do televisor;
- b) largura: no mínimo a quarta parte da largura do televisor;
- c) sempre que possível localizar o recorte de forma a não encobrir a legenda escrita ou tarja oculta;
- d) a imagem deve ter continuidade uma vez que houver necessidade de deslocamento do recorte da janela (BRASIL, 2015, pág.13).

Notamos, porém que, pelo próprio avanço da tecnologia televisiva que, algumas de suas diretrizes não se aplicam com tanta eficiência nos dias atuais uma vez que as mesmas atendiam aos padrões de aparelhos analógicos de TV e com os avanços na área tecnológica alguns de seus parâmetros tornaram-se obsoletos, como por exemplo, a indicação do recorte *wipe* para a aplicação em aparelhos de TV analógicos que estipula metade da altura do televisor e a quarta parte da largura dos aparelhos. A aplicação dessa medida é atualmente inviável aos aparelhos digitais já disponíveis no mercado.

Em 2009 sentiu-se necessidade por parte da comunidade surda devido as inadequações referentes a LS apresentadas nas legendas indicativas de se estabelecer alguns parâmetros para a produção das classificações indicativas nos programas de TV, a partir dessa necessidade foi

publicada a cartilha 'A Classificação Indicativa na Língua de Brasileira de Sinais', fruto da parceria entre o Departamento de Justiça Classificação Títulos e Qualificação, a Secretaria Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça através do Governo Federal.



Figura 25 - Capa da cartilha A Classificação Indicativa na Língua de Brasileira de Sinais. (Brasil, 2009).

A pesquisa foi desenvolvida por um grupo composto de surdos entre 18 e 70 anos usuários com aproximadamente 20 pessoas, todos são usuários da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa, nessa perspectiva foi possível à avaliação das vinhetas serem feitas por diferentes perfis de surdos, eram eles de Brasília, São Paulo e do Rio de Janeiro. Foi solicitado às emissoras de TV que enviassem material de boa qualidade ao Ministério da Justiça e essas amostras passaram então a ser avaliadas baseando-se nos seguintes critérios:

1. Intérprete: analisar a eficiência, fluência adequação dos sinais expressões faciais, postura roupa (cor modelo), cabelo e uso de acessórios.
2. Formato da janela de veiculação: avaliar o formato da janela do intérprete e a forma de veiculação da mensagem
3. Cenário: avaliar o contraste do plano de fundo com o intérprete de Libras.
4. Sinais: verificar se os sinais estão adequados à mensagem e se há regionalização.
5. Tempo da mensagem: observar se o tempo disponível para interpretação é ideal ou apresenta problema (p. 20).

A Cartilha de Classificação Indicativa é algo específico e permanece até os dias atuais diferente de outras leis já expostas nesse trabalho que deixaram de ser obrigatórias, no entanto, seguindo as normativas técnicas estabelecidas pela ABNT, algumas produções podem não apresentar um resultado tão eficiente no que diz respeito à estética de sua apresentação.

Vejamos dois exemplos de Legenda em Libras nas classificações indicativas: o modelo da TV Globo e o da TV Cultura:



Figura 26 – Modelo de.  
Fonte: [https://youtu.be/CNCB\\_wTzFmg](https://youtu.be/CNCB_wTzFmg)



Figura 27 – Modelo de vinheta de Classificação Indicativa da Rede Globo.  
Fonte: [https://youtu.be/CNCB\\_wTzFmg](https://youtu.be/CNCB_wTzFmg)

Embora em sua maioria as pesquisas envolvendo questões técnicas estejam relacionadas aos intérpretes de línguas orais, muitos de seus apontamentos podem ser relacionados às práticas dos TILS. É o caso de Vallecillo (2002) que ao discorrer sobre os aspectos técnicos em cabines de traduções de línguas orais, abrange algo interessante que poderia ser pensando também nas produções em línguas de sinais.

A autora menciona que são raras às vezes em que os técnicos encarregados em ajustar os equipamentos técnicos são os mesmos, as dificuldades implicadas em sincronizar e ajustar microfones é uma das questões mais delicadas no que diz respeito a atuação desses profissionais, ela ainda observa que os intérpretes geralmente são os mesmo, mas os técnicos mudam constantemente.

Fazendo um breve paralelo com as línguas de sinais, é comum que a equipe técnica de emissoras contratantes desses profissionais não tenha conhecimento de aspectos bem pontuais como, por exemplo, o enquadramento do profissional na *wipe* (recorte) dentro da legenda de libras ou ainda a iluminação adequada dentro do espaço físico destinado a gravação. Um aspecto aparentemente simples pode desqualificar a atuação o intérprete e até mesmo ocasionar perda de informação caso seja a visualização dos sinais pelo público alvo não esteja visualmente compreensiva.

Vallecillo (2002) ainda menciona casos onde as cabines não possuem o botão *mute* para situações onde os intérpretes precisam se comunicar entre si ou tossir. Aplicando às produções em línguas de sinais, esse é um aspecto que ficará nítido no âmbito audiovisual, afinal o intérprete audiovisual não tem a mesma invisibilidade dos intérpretes de línguas orais.

Vale citar ainda que, no tocante aos aspectos técnicos, algumas emissoras e produtoras não dão aos profissionais créditos nominais às produções onde tenha participado.

No entanto, os produtos audiovisuais acessíveis feitos pelo Estúdio Maurício de Souza Produções, especialmente as séries 'Cine Gibi', 'Túnel do Tempo' e 'Se liga' da Turma da Mônica, deu à intérprete de libras o nome nos créditos finais. Outro exemplo positivo é a programação da TV NBR que também insere os créditos aos profissionais atuantes no rodapé, conforme as imagens abaixo:



Figura 28 - Inserção dos Créditos à intérprete na produção do Cine Gibi da Turma da Mônica.  
Fonte: Gibi Turma da Mônica – Cine Gibi 1 – O Filme.



Figura 29 - Inserção dos Créditos à intérprete no programa Café com a Presidenta da TV NBR.  
Fonte: [https://youtu.be/paLO\\_PJ9LUA](https://youtu.be/paLO_PJ9LUA)

Dar ao TILS atuando em meios audiovisuais o reconhecimento a partir dos créditos é um direito que o profissional tem, mas também é um meio de valorizar a profissão no meio televisivo.

### 3.1.1 Tipos de Legenda em Língua de Sinais

Conforme já mencionado a NR 15290 embora seja aplicada em algumas programações de TV ainda não encontrou um “enquadramento ideal” e dá liberdade aos produtores de ajustarem o recorte de acordo com a estética que favoreça sua programação.

Embora não haja se quer um exemplo que Legenda em Libras que se seja padrão na TV brasileira, ilustrativamente relacionamos abaixo alguns exemplos de tipos diferentes de recortes para a legenda em Libras, segundo a técnica principal utilizada.



Figura 30 – Legenda em Língua de Sinais em reportagem da Rede RBS.  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 31 – Legenda em Língua de Sinais em documentário da TV Escola.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

Na figura 30, observamos um recorte com fundo sólido – verde, e na figura 31 é acrescentado um chanfrado na cor branca. Esses modelos são aqueles mais utilizados entre 1980 e 2005 nas legendas em Libras.



Figura 32- Legenda em Língua de Sinais da TV Câmara.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

A partir de 2005, populariza-se outro modelo, com fundo transparente, não sólido, que utiliza a técnica do Chroma Key (num estúdio com fundo azul ou verde as gravações são passíveis de personalização do fundo em mesa de edição).





Figura 33 – Legenda em Língua de Sinais de resenha sobre o filme “E o seu nome é Jonas”.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

Esse recorte se apresenta em tamanho maior, porém com um enquadramento da TILS que a deixa relativamente pequena ainda. Também utiliza a técnica do Croma Key, mas destaca os limites do recorte por um chanfrado e projeta ao fundo a própria imagem da TILS desfalcada. Aspectos estéticos como esse poderiam ser validados pelos usuários a fim de verificarem sua eficácia uma vez que o recorte não é costumeiramente inserido dessa forma.

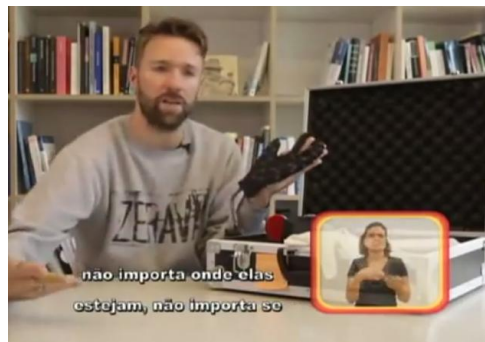


Figura 34 – Legenda em Língua de Sinais do Programa Especial da TV Brasil.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

A legenda no Programa Especial da TV Brasil aplica na borda do wipe a arte da identidade visual do programa e utilizando-se da técnica do Croma Key, deixa toda a legenda com opacidade reduzida, ou seja, com transparência.



Figura 35 - Propaganda 'Acessibilidade: siga essa idéia'.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

No exemplo acima, o *wipe* (janela) é completamente retirado, fixado o TILS sem qualquer limite visual por bordas ou fundo.

Notamos que não existe um padrão estabelecido de tamanho ou arte visual para a inserção da legenda de libras, embora seja intuito dos produtores se aproximar das determinações da ABNT nenhuma segue um padrão específico.

Alguns optam pelo recorte com fundo sólido e outros aplicam o efeito *Chroma Key* que é uma técnica onde se substituí o fundo da filmagem, isola-se o intérprete e deixa transparecer o próprio fundo do cenário ou ainda se substituí o cenário atrás do intérprete por outro fundo para então combiná-lo a outras imagens que fazem parte do contexto visual.



Figura 36 – Legenda em Língua de Sinais da Santa Missa na TV Canção Nova.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

A TV Canção Nova, insere sua legenda no lado esquerdo, ao contrário do observados nos outros modelos. Legendas em Língua de Sinais na parte superior não foram encontradas em nossa pesquisa.

Vallecillo (2002) nos traz atenção que:

No início da década de oitenta, certas organizações profissionais estabeleceram alguns critérios de qualidade técnica e alguns requisitos para a contratação [e execução] de trabalhos de interpretação simultânea em seus programas... e algumas dessas organizações foram a *International Federation of Translators (FTY)*<sup>13</sup> e na região da Alemanha a Associação Internacional de Intérpretes de Conferencia (p.97).

É possível perceber que outros países já apresentavam preocupação com aspectos envolvendo as técnicas bem como a contratação do profissional que atua na esfera audiovisual e embora esse trabalho não se proponha a estabelecer uma norma, entendemos ser interessante uma futura pesquisa para verificar a opinião dos usuários e seu nível de satisfação, além de abordar aspectos técnicos na criação de uma nova normativa que, acima de tudo atinja a tecnologia atual dos televisores que operam de maneira digital e não mais analógica como se dava antigamente.

A NBR 15290 falando especificamente do tipo de recorte diz que:

*Recorte WIPE* (recorte em que fica o intérprete na tela da TV):  
a) altura do recorte: no mínimo metade da altura do televisor;  
b) largura: no mínimo a quarta parte da largura do televisor;

Assim, o padrão de tamanho da Legenda em Libras seria o seguinte, conforme o aspecto da TV. Porém, a norma técnica não previu a ampliação das telas de TV, a tecnologia Full HD, Ultra Full HD e as transmissões em sinal digital:

---

<sup>13</sup> A referida Federação está localizada em Paris, na França. Maiores informações disponíveis em: < <http://www.fit-ift.org>>.



Figura 37 - Wipe, conforme a NBR 15290, aplicado em diferentes ratios (aspectos) de TV.

Reconhecendo a inadequação da NBR 15290 e a importância de padronização dos recursos de acessibilidade em comunicação na TV, a Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, esta deste 2014, organizando por meio de uma comissão específica, a reformulação da norma para adequação às novas tecnologias.

## **4. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia de pesquisa desenvolvida. Utilizamos a abordagem qualitativa e quantitativa para elaboração dessa pesquisa.

Segundo Triviños:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (TRIVIÑOS, 1987, p.32).

Ainda sobre o método escolhido, consideramos que o objetivo é produzir informações aprofundadas; seja ela pequena ou grande, levando em conta que o importante é que seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Impulsionados pela vivência no contexto de interpretação audiovisual, levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: quais aspectos interferem significativamente na produção final do tradutor e intérprete inserido no contexto audiovisual? Como pesquisadora optei por ouvir e refletir as questões vivenciadas por meus pares envolvendo suas tramas cotidianas.

Estabelecemos como hipótese que o contato com a câmera incorporado à timidez e nervosismo talvez fosse um dos aspectos mais importantes na alteração das produções dos intérpretes audiovisuais. Segundo Minayo (1992, p.12), as hipóteses na perspectiva da metodologia de pesquisa “são, em suma, afirmações provisórias a respeito de determinado problema em estudo” (12).

### **4.1 Objetivos da pesquisa**

Traçamos como objetivo geral desta pesquisa descrever aspectos que interferem na interpretação de discursos de português para libras no contexto audiovisual.

Seguindo o raciocínio de Triviños (1987), a proposta é compreender as condições atuais de trabalho dos tradutores que atuam na esfera audiovisual.

Como objetivo específico, delimitamos condições afetivas, de trabalho e formação como aspectos relevantes para compreender a atuação de TILS no contexto audiovisual. Abordar esses aspectos como principais no processo investigativo contribui para possíveis melhorias no campo de atuação. Dessa forma, delimitamos três objetivos específicos:

1) Condições emocionais: analisar as pressões externas e internas no desenvolvimento do trabalho. Considerando então a timidez e o medo diante das câmeras e dos estúdios de trabalho, pressão do público, a visibilidade e arquivamento de sua produção e imagem pelos órgãos responsáveis diante de seu direito de imagem devidamente autorizado haja vista a então profissão.

2) Formação: levantar dados sobre a formação e formação específica (ou a falta de), a fim de propor possíveis meios facilitadores no desempenho do profissional TILS no contexto audiovisual.

3) Condição de trabalho: problematizar as condições de trabalho reais e atuais dos TILS no contexto audiovisual, considerando a cooperação entre esses profissionais e a equipe técnica percebendo a sensibilidade existente do ambiente de trabalho.

## **4.2 Coleta dos dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com um roteiro semi-estruturado (TREVINOS, 1987, p.146.). Queremos privilegiar este método, uma vez que, [...] “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Op.cit,p,146.)

O questionário norteador da entrevista teve como base o estudo de Vallecillo (2000) e ademais considerou outros aspectos do cotidiano profissional vivenciado pela autora deste

trabalho e seu orientador. É composto de 22 perguntas abertas e fechadas e disponibilizado por meio de endereço eletrônico de e-mail.

Antes da aplicação nos sujeitos da pesquisa, aplicamos o questionário em um grupo controle composto por duas pessoas, onde as devolutivas nos afirmaram a clareza de nossos objetivos. Após as devolutivas do grupo controle, não havendo necessidade de alterações o mesmo foi enviado utilizando o formulário personalizado do Google Docs.

O questionário de entrevista semi-estruturada conteve perguntas abertas e fechadas, técnicas, de cunho emocional e financeiro, no caso desse último aspecto especificamente para observarmos a valorização do profissional nesse contexto de atuação. No questionário semi-estruturado foi organizado um conjunto de questões abordando o tema pesquisado, no entanto, esse tipo de questionário “permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal” (PÁDUA, 2007, p.70).

Foi desenvolvido de maneira tal a possibilitar ao pesquisador abrir e ampliar suas perspectivas de análise e interpretação das ideias, o que queremos apontar é que o questionário é, sobretudo, um elemento heurístico, ou seja, útil para o investigador e não tem como objetivo entravar o desenvolvimento do trabalho, mas sim fornecer clareza e objetividade ao público a que se destina.

### **4.3 Informantes da pesquisa**

A amostra é composta por nove colaboradores profissionais intérpretes e tradutores audiovisuais que atuam em diferentes programas de TV, emissoras e estados brasileiros sendo estes os únicos critérios para seleção dos participantes. Dois participaram da primeira fase e outros sete na segunda etapa.

Incluimos na coleta de dados uma entrevista com tradutor intérprete Paulo Favalli que, conforme já mencionado colaborou com informações sobre aspectos históricos e de desenvolvimento da profissão em sua época de cunho particular, por isso, não foi aplicado a ele o mesmo formulário que aos demais, para esse colaborador em questão desenvolvemos um roteiro de entrevista contendo sete perguntas dissertativas abertas com a finalidade de abrangermos a realidade da profissão naquele dado momento histórico.

Optamos por estados onde houvesse produções no contexto televisivo com programação que atingissem públicos diferentes, assim estão incluídos entre os estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais e Santa Catarina.

Trazendo atenção à média de: (i) idade, (ii) tempo de atuação como TILS e (iii) tempo de atuação como TILS no contexto Audiovisual, dos quatro homens e três mulheres informantes da pesquisa chegamos aos números abaixo:

- (i) 31 anos;
- (ii) 12 anos;
- (iii) 5 anos.

É válido citar que os intérpretes participantes da coleta de dados são todos formados em nível superior sendo que destes, dois são formados pelo curso Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e três deles possuem pós-graduação, sendo uma Pós em LIBRAS e duas em Tradução e Interpretação de LIBRAS.

#### **4.4 Análise e interpretação dos dados**

Os critérios para a análise dos dados foram primeiramente os dados quantitativos e qualitativos por meio das respostas abertas. A partir das devolutivas dos formulários devidamente



respondidos, elencamos blocos que se destacaram de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, sendo eles 1) Condições emocionais; 2) Formação; 3) Condição de trabalho.

Traçamos paralelos ao nosso referencial teórico, onde tais aspectos também são abordados oportunizando assim melhor explanação das condições atuais dos tradutores intérpretes inseridos no contexto audiovisual. Optamos por enumerar nossos colaboradores com o intuito de preservar a identidade dos mesmos, assim as respostas dissertativas apresentadas na pesquisa serão expostas através de números, por exemplo, *participante 1*, *participante 2*, assim por diante, para nos referirmos à eles.

Os aspectos abordados nessa pesquisa evidenciaram-se mediante os retornos obtidos e pudemos através da amostra sugerir melhorias, adaptações e ainda refletir quanto a novas discussões e pesquisas possíveis de se realizar nesse eixo interpretativo.

Naturalmente, como indica Fotios Karamitroglou (2000 apud Monday, 2001) é necessário considerar alguns aspectos na produção de tradução audiovisual: os agentes humanos, os produtos (textos traduzidos), os receptores (espectadores e consumidores), a modalidade (características da tradução audiovisual), a instituição (críticos, distribuidores, canais de TV, que participam no preparo e produção de vídeos) e o mercado (cinemas, clubes, emissoras que optam por veicular os textos traduzidos). Ou seja, nosso enfoque será para um dos agentes humanos – os TILS – na tradução audiovisual, e muitos outros problemas podem ser investigados em novas pesquisas dirigidas a essa sub-área.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 Afinal, os que eles têm a dizer?

Neste capítulo, centramos a discussão na reflexão sobre as condições afetivas e emocionais, formação e condição de trabalho dos TILS no contexto audiovisual. Dentre os sujeitos convidados para participar da pesquisa, obtivemos 7 questionários analisáveis. Para a análise, nos embasamos nas considerações da autora Vallecillo (2002) acerca do trabalho de intérpretes e organizamos a análise nas três categorias elencadas inicialmente:

- 1) Condições emocionais: nesse aspecto levamos em conta a timidez, nervosismo, medo que poderiam prejudicar a atuação dos profissionais.

Nossa hipótese inicial era a de que o contato com a câmera deixaria os intérpretes nervosos e acarretaria numa produção falha de sua atuação, porém quando questionados sobre seu estado emocional diante das câmeras (ver anexo V) 14,2 % de nossos colaboradores disseram ficar nervosos. Notamos assim que a hipótese inicial não se confirmou. Vale ressaltar que, a parte que demonstrou certo nervosismo trata-se de um colaborador relativamente com menos tempo de atuação em comparação aos demais entrevistados, enquanto a maioria já atua em média cinco anos e meio no contexto televisivo, o colaborador em questão atua apenas há sete meses.

A tranquilidade advinda desse contexto se dá pela segurança imposta ao ambiente no qual se inserem as produções, muitas vezes dentro de estúdios apenas com colegas intérpretes de apoio e a equipe técnica que em sua grande maioria desconhece o trabalho desse profissional. Sobre o aspecto do ambiente de suas produções, note a resposta de um de nossos participantes que atua na TV Câmara:

*Quando fomos iniciar os trabalhos de interpretação na TV, nos colocaram no plenário a vista de todos, na primeira semana me trouxe um pouco de nervosismo e constrangimento, meu desempenho foi afetado negativamente, pois era um trabalho novo que poucos conheciam e ficavam nos olhando o tempo todo, no mês seguinte passamos a ficar no estúdio, isso me trouxe mais tranquilidade e segurança. (participante 3 - resposta a pergunta 15).*

Vallecillo (2002) observa que “alguns intérpretes de televisão consideram que este tipo de interpretação é mais estressante que interpretações de conferências” (p.110) Ainda segundo, Ingrid Kurz (1996 apud Vallecillo, 2000) parece que existe um acordo generalizado que consiste em aos intérpretes de televisão se requer uma preparação mental mais complexa.

Por exemplo, é esperado pelos telespectadores que os intérpretes acompanhem as falas dos apresentadores com a mesma rapidez e subjetividade implícitas a cada um, ou ainda em programas de entrevista espera-se o mesmo dinamismo por parte do intérprete como é desenvolvido pelo entrevistador. (VALLECILLO, 2002).

Ser atingido por críticas externas é outro agravante no contexto audiovisual envolvendo os aspectos emocionais, quando questionados sobre possíveis críticas relacionadas ao seu trabalho, notem o que alguns disseram:

*Com frequência colegas da área, chegavam até nós e relatavam que "só estavam querendo contribuir com o trabalho", e dessa forma falavam "Mil" tópicos que poderiam ou deveriam ser melhorados ou modificados para futuras interpretações, sem mesmo saber de todo contexto. (participante 5 – resposta a pergunta 17).*

*[...] entendo que a crítica me faz crescer, e que eu filtro, a partir de meus conhecimentos, o que devo assimilar e o que devo deixar para ser analisado melhor, depois. Recebi críticas em trabalhos diversos, um deles foi durante a gravação do Telecurso 2000, as aulas, as disciplinas e todo o grande número de gravações, diárias, aproximadamente 6h por dia, e com a consultoria de duas surdas e ali eu tive que regravar diversas aulas ou apenas partes das aulas. Isso me fez refletir mais sobre meu trabalho, e do ponto de vista de meu cliente. (participante 1 – resposta a pergunta 17).*

*Apesar de ser um programa gravado, existem situações em que recebemos em cima da hora um VT que tenha sido editado em outra praça (outro estado), por exemplo. Em casos assim, já aconteceu de eu ter feito más escolhas durante a interpretação, soletração de palavras com a grafia errada, perda de informação. Nunca recebi uma crítica direta por isso, mas sei que as pessoas viram. Eu mesmo costumo avaliar o conteúdo depois de pronto para tentar melhorar e evitar situações que me atrapalham. (participante 2 – resposta a pergunta 17).*

É evidente pelos retornos de nossos informantes, que em algumas situações a possibilidade de receber críticas quanto ao seu desempenho torna-se parte de uma preocupação antecipada em relação a algumas de suas escolhas durante sua atuação. Esse estresse pode prejudicar sua produção e desencadear escolhas errôneas e até erros propriamente ditos de tradução e interpretação.

Foi possível observar que, algumas dessas pressões externas como problemas de doença ou morte na família, problemas financeiros e outras preocupações também desencadeiam em nossos participantes uma série de dificuldades para estar diante da câmera. Selecionamos para a apreciação dos leitores, dois breves relatos referentes à questão 16 do formulário desenvolvido.

*Teve morte na minha família (avó) que não consegui entrar no ar. Tive que ir embora. (participante 4 – resposta a pergunta 16).*

*Certa vez tive uma discussão momentos antes de entrar ao vivo. Entrei ao vivo chorando e acabei fazendo português sinalizado. (participante 6 - resposta a pergunta 16).*

*Ao final do ano passado, estava encerrando o semestre na instituição que ministro aulas e final de semestre é uma correria, ficava preocupada com as atividades que se acumulavam. Outra situação pior foi em relação a problemas de saúde com minha mãe e a defesa de mestrado ao mesmo tempo... No período de mais de quinze dias, não conseguia me concentrar. (participante 5 - resposta a pergunta 16).*

Fica muito evidente nas falas de nossos colaboradores que as pressões externas podem prejudicar seu desempenho negativamente e esses aspectos não são conhecidos pelos telespectadores, por isso o cuidado com a crítica deve ser um fator importante a ser considerado antes de possíveis apontamentos.

O segundo aspecto que nossa pesquisa se propôs a investigar corresponde ao segundo bloco que selecionamos para análise, trata-se:

- 2) Formação: iremos nesse bloco apresentar os dados obtidos sobre formação e, por meio dos retornos obtidos propôr possíveis meios facilitadores no desempenho dos TILS inseridos no contexto audiovisual.

Conforme já abordado nos capítulos iniciais de nossa pesquisa, é possível perceber um avanço no que diz respeito à formação do profissional tradutor e intérprete a partir da regulamentação da Libras, dos colaboradores entrevistados todos possuem formação superior, sendo que 28,7% deles têm formação específica em Letras-Libras e 42.8% são pós-graduados.

Observamos ainda que em relação à formação os informantes da pesquisa possuem os seguintes cursos freqüentados: Letras/Italiano, Jornalismo, Pedagogia, Educação Especial e Direito.

O questionamento que fazemos em relação a esse bloco é: existe no mercado formação específica para atuação na esfera audiovisual?

Percebam as respostas quando questionados sobre formação na esfera audiovisual:

*Como, no meu caso, trabalho em um produto em que a função do intérprete é mesclada com a de apresentador, fiz cursos para apresentação de programas de tv. Isso sem dúvida me ajudou bastante a me comunicar melhor em frente às câmeras.(participante 2 – resposta a pergunta 6)*

*Creio que a maioria dos intérpretes que atuam na área televisiva não participaram de uma formação específico na área, no meu caso, iniciei atuar na TV somente com as experiências adquiridas em outras áreas e aos poucos eu fui me profissionalizando e buscando conhecimento para me aperfeiçoar.(participante 3 - resposta a pergunta 6)*

*Eu gostaria muito, mas até o momento não tive nenhuma formação. (participante 6 - resposta a pergunta 6)*

*A formação que tive foi por conta própria e através de amigos. (participante 7 - resposta a pergunta 6)*

Em sua totalidade os participantes da pesquisa afirmaram não ter tido nenhuma formação específica para auxiliarem na atuação em TV, mesmo os que se formaram no curso Letras-Libras que se subentende que já estejam preparados para atuar em todas as modalidades de tradução e interpretação. Vale lembrar que os próprios cursos de formação de TILS não abrangem a esfera audiovisual, e pelo peso que carrega uma formação em nível superior, lembramos que algumas emissoras se sentem a vontade e seguros para contratar um profissional “formado”, mas que talvez não consiga se desempenhar tão bem diante das câmeras como varia numa sala de aula, por exemplo, onde os contextos são nitidamente contrastantes.

Destacamos algumas iniciativas específicas no Brasil como, por exemplo, curso de extensão oferecido em Santa Catarina (2015), no Amazonas (2014) e Rio de Janeiro (2013) ministrado pelo professor José Ednilson Gomes de Souza Junior intitulado: Tradução e Interpretação Audiovisual: O Intérprete de Libras na tela. Lembramos ainda que o professor é Membro do Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais – InterTrads registrado no CNPq, coordenando a linha de pesquisa “Tradução e Interpretação em contextos Midiáticos”.

Outra iniciativa foi oferecida pela professora Silvana Aguiar dos Santos em seu Projeto de Extensão “Diferentes contextos de atuação de TILSP: olhares, perspectivas e desafios” realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no evento de 10 de Julho de 2014 abordou o tema “Interpretação em Contextos Midiáticos”.

Muitas universidades consideram a necessidade de formação específica nessa área, Neves e Lorenzo (2007) relacionaram em um de seus artigos publicado na *Trans. Revista de Traductología*,<sup>11</sup> considera que devido a nova realidade do país (Portugal) muitas universidades já incluíram cursos de formação específica na área e como consequência muitos professores e investigadores começaram a se interessar tanto pelo conhecimento quanto pela metodologia relacionadas a estas novas formas de transferência linguística e tem dedicado tempo para produção de publicações consideráveis.

Nossos apontamentos têm a intenção de observar a carência nessa formação específica em comparação a outros países. Não ter em seu currículo um curso de formação específica na área televisiva é um agravante ao profissional que deseja trilhar esse caminho.

- 3) Condição de trabalho: problematizar as condições de trabalho reais e atuais dos TILS no contexto audiovisual possibilitou uma discussão quanto aos envolvidos diretamente junto as equipes que atuam em conjunto.

Quando abordamos os tipos de técnicas que os profissionais tinham disponíveis para desempenharem suas funções notamos que uma grande parcela dos participantes possuem as condições básicas para tanto, porém, ficou clara uma sensível falha quando abordados sobre tecnologias mais avançadas, embora já disponíveis no mercado.

Essa informação nos trouxe a atenção que alguns contratantes muitas vezes não têm interesse em investir no trabalho audiovisual, tendo em vista que dificilmente uma emissora de TV estará desinformada sobre questões tecnológicas disponíveis.

Essa situação se contrasta com a questão de formação dos TILS, uma vez que não ter formação específica dificulta o diálogo entre profissional - empresa já que o profissional embora formado, nem sempre terá condições de sugerir melhorias no seu ambiente de trabalho.

Para exemplificar, questões técnicas como: luz apropriada ou iluminação profissional e uso de teleprompter poderiam ser sugeridos com propriedade caso o profissional tivesse a competência necessária para essa abordagem, entendemos que numa formação específica, ao menos noções da área técnica serão passadas aos futuros profissionais que atuarão na esfera audiovisual.

Relacionamos em nosso formulário onze características que entendemos ser básica para atuação no ambiente televisivo sendo eles:

- 1) Estúdio para LIBRAS (espaço específico para atuação),
- 2) Retorno de áudio,
- 3) Retorno de vídeo,
- 4) Teleprompter (equipamento acoplado às câmeras de vídeo que exibe o texto a ser lido ou no caso traduzido/interpretado),
- 5) Ponto auricular (um micro auto-falante acoplado no ouvido que auxilia na transmissão do som, pode ser com ou sem fio),
- 6) Iluminação profissional,
- 7) Filmagem em Full HD, (imagem com alta definição, imagem em alta definição que permite melhor detalhamento da imagem, melhor visualização, mais nitidez),
- 8) Cadeira ergonômica (cadeira para uso contínuo e operacional que se adequam a altura e peso com a finalidade principal de zelar pela saúde),
- 9) Pan tilt (câmera com capacidade direcional remoto além de controle automático de zoom que dispensa a operação de um cinegrafista),

10) Maquiagem,

11) Cabeleireiro.

Por meio das repostas de nossos informantes foi possível perceber certa precariedade em relação ao mínimo esperado para atuação eficiente dos TILS.

Em porcentagens percebemos que 71,4% têm um espaço específico para atuação, 85,7% têm retorno de áudio, apenas 14,2% recebem retorno de vídeo durante sua atuação e conforme um deles citou:

*O retorno de vídeo é tão importante quanto o retorno de áudio. (participante 2 – reposta a pergunta 8).*

Abordados sobre o Teleprompter apenas 28,5% possuem esse equipamento, nenhum de nossos informantes atua com apoio de um ponto auricular. Já sobre iluminação profissional a maioria diz ter em seu espaço de atuação a iluminação profissional o que correspondeu a 85,7% dos informantes.

A respeito da filmagem em Full HD 42,8% dos informantes têm esse recurso. Apesar de atuarem por aproximadamente 3 horas, nenhum dos informantes respondeu ter uma cadeira ergonômica para auxiliar em seu trabalho, sobre o Pan Tilt apenas 14,2% de nossos informantes têm o recurso disponível e quanto à maquiagem e cabelo 57,1% têm disponível maquiador e 42,8% cabeleireiro.

Outros aspectos podem ser relevantes na abordagem sobre as condições de trabalho, se considerar que em alguns espaços considerados estúdios ruídos sonoros ou a falta de retorno de áudio é uma constante, conseqüentemente perdas de informação podem ocorrer e prejudicar o processamento da informação a ser transmitida.

Discorrendo sobre intérpretes de línguas orais que necessitam de cabines individuais para realização de suas funções, Vallecillo (2000) percebe que apesar da normativa estabelecida naquele país onde as cabines devam ser a prova de som e perfeitamente isolada, essa determinação não corresponde à realidade quando diz:

Há eventos em que se faz necessário mais de uma cabine de interpretação. E nesses casos, recomenda-se que as cabines estejam posicionadas de forma que os intérpretes possam se comunicar entre si podendo auxiliar caso percebam algum



problema na cabine ao lado. Para isso as cabines deveriam ser de vidro e ter ao menos uma janela entre as elas [...] No entanto, a realidade é que muitas cabines não têm comunicação visual entre si, o que não deixa de ser uma dificuldade adicionada ao trabalho do intérprete (p.19).

Traçando um paralelo ao que nosso referencial teórico aborda, transferirmos essa dificuldade ao âmbito televisivo, e percebemos que, embora as condições mínimas de trabalho estão disponíveis aos TILS, nem sempre se encontram num estúdio que tenha espaço suficiente para que possam se desenvolver melhor, por exemplo nas emissoras onde existem intérpretes e apoio, se o espaço disponível no estúdio não for suficiente o apoio não conseguirá desempenhar o trabalho de forma adequada.

Algumas emissoras entendem que apenas um profissional é suficiente para desempenhar o papel durante a produção em determinadas programações, no entanto, nas situações em que se exige que essa produção seja feita de maneira simultânea, conforme já vimos ser uma das modalidades de tradução, dependendo do tempo em que o intérprete ficará diante das câmeras certamente sua produção será ineficaz.

Questionamos nossos participantes a respeito de sua equipe e as respostas demonstraram que em sua maioria, os intérpretes trabalham em duplas, mas nem sempre atuam juntos e fazem o revezamento, é o que nos conta nosso participante 5:

*Somos em 2 intérpretes na TV, um para os programas gravados e outro para o ao vivo (resposta a pergunta 13).*

Mais uma vez, os contratantes desconhecem a real necessidade de haver um revezamento entre os profissionais uma vez que nossa pesquisa revelou que 85% dos profissionais entrevistados atuam em programações ao vivo, novamente percebemos que a falta de formação específica faria diferença para pontuações desse tipo com a equipe, atuar sozinho pode prejudicar significativamente o desempenho do profissional.

Cabe nesse sentido o seguinte questionamento: não seria interessantes que a equipe técnica das emissoras de TV, também recebesse algum tipo de capacitação, treinamento ou que tivesse momentos de discussões para problematizar em conjunto quais seriam as estratégias e técnicas que melhor favoreceriam as produções? Notamos que ainda não há no âmbito televisivo um interesse significativo por parte dos contratantes nesse tipo de capacitação, discussões como essa podem parecer um tanto utópicas, porém se tivermos propriedade para explanar sobre determinadas situações e conseguirmos expor o quanto o resultado final seria melhor, acreditamos que seríamos melhor compreendidos e conseqüentemente iríamos gradualmente conseguindo mudar a realidade atual.

Alguns técnicos que atuam junto às equipes de tradução e interpretação pouco conhecem sobre esse profissional e acabam subjetivamente o diminuindo, principalmente quando este desconhece aspectos técnicos, assim entendemos que também deva fazer parte de sua formação aspectos técnicos de gravação, edição, iluminação, dentre outros que são específicos do contexto audiovisual.

Abordando ainda as condições atuais de trabalho dos TILS no contexto televisivo, achamos ser relevantes questioná-los sobre a inserção ou não dos créditos ao seu trabalho com objetivos de avaliarmos a valorização no profissional, 71% dos entrevistados disseram que recebem os créditos por sua atuação, sejam eles no final ou no início da programação, porém em alguns casos os créditos não correspondem a real função desempenhada. Embora haja evidencia que os coordenadores têm conhecimento da existência desse profissional junto à equipe nem sempre conseguem dar a eles os créditos em conformidade com o que realizam.

Notem a resposta da participante 6 a pergunta 21, sobre os créditos:

*Aparece nos créditos finais, mas não como Intérprete de LIBRAS mas como Tradutora de LIBRAS.*

Sobre esse aspecto a pesquisa de Vallecillo (2002) revelou algo diferente em seu país<sup>14</sup>:

Segundo todos os intérpretes consultados, jamais ocorre assim [referindo-se a inserção de créditos] já que os nomes dos intérpretes e das organizações a que pertencem não aparecem nem nos créditos finais nem na tela durante a programação. Nem sequer são mencionados pelo apresentador ou apresentadora [...] mesmo sendo imprescindíveis para a compreensão do público (p.99).

Isso evidencia que no contexto brasileiro, os coordenadores dos programas muitas vezes reconhecem o profissional, em alguns casos, inserindo-o junto à equipe que produziu determinado programa. Podemos dizer que avançamos 'um pouco'.

No entanto, sentimos a necessidade de outro tipo de valorização, lembramos então da questão da contratação destes. Dos participantes de nossa pesquisa apenas 14,2% mencionaram ser contratado por meio de concurso público, o restante da amostra trabalha na condição de celetista e embora tenham certa segurança, por assim dizer, ainda falta a essa categoria concursos públicos que a insira como funcionários efetivos ao menos em órgãos públicos estatais.

Sobre a preparação que realizam em antecedência à atuação visto que, 71,4% atuam ao vivo e 28,5% atuam gravando nossos informantes deram respostas bem interessantes e apesar de apenas os mesmos 28,5% receberem o material com antecedência boa parte deles têm o hábito de estudar pontos específicos antes de começarem a gravar. Foi o que disse o participante 1 a pergunta 19 de nosso formulário:

*Sempre assisto o material, gravado (entrevista, aulas etc) aproximadamente dez vezes, fazendo anotações de termos principais, foco, nas três primeiras vezes que assisto, paro e pesquiso os termos conhecidos ou desconhecidos, sem pensar na interpretação, da quarta vez à décima vez, faço reflexões sobre a interpretação, me imagino fazendo aquela parte específica, que escolho normalmente pela densidade de informações, ou diálogos rápidos, verificando a posição do entrevistado/professor, em relação ao outro participante, e ainda da disposição de equipamentos para visualizar as aulas, como lousas, data show e outros, ou ainda telas que entrem como caixas de vídeo, durante a apresentação do material gravado, ou nomes de participantes etc. (participante 1 – resposta a pergunta 19).*

Ainda outros disseram:

---

<sup>14</sup> Lembramos que a pesquisa mencionada foi realizada na Espanha.

*... principalmente quando iniciei os trabalhos na TV, não sabia muitos sinais na área política, então procurei os canais de televisão que tinham intérpretes e também outros intérpretes mais experientes mesmo não sendo da área televisiva, hoje faço vários cursos e quando tenho oportunidades lanço minhas dúvidas aos professores para me orientar, procuro memorizar a forma de cada parlamentar se expressar, pois alguns são mais brandos e outros mais alterados, também tem alguns parlamentares que gostam muito de usar expressão idiomática e metáforas então com esses sempre me preparo para alguma novidade que possa surgir. (participante 3 – resposta a pergunta 19).*

*Além de vídeos da internet, o grupo de pesquisa do Whatsapp ajuda bastante. Aqui na tv também recebemos um documento com palavras específicas do uso parlamentar. (participante 4 – resposta a pergunta 19).*

Considerando que atuar ao vivo não permite a revisão do conteúdo traduzido ou interpretado, certamente concordamos que ter o hábito de estudar é deveras necessário para o bom desempenho, mesmo quando o material não é disponibilizado com antecedência de acordo com o contexto em que o TILS está inserido existem meios que podem ser utilizados como facilitadores ao seu desempenho.

O que dizer dos salários? Há uma discrepância nessa questão, nenhuma emissora contratante segue critérios ou pisos salariais e fazendo uma média de 30 horas semanais trabalhadas chegamos ao valor de aproximadamente R\$2.600,00, considerando que o menor salário informado foi de R\$1.200,00 e o maior de R\$4.620,00.

Destacamos a informação interessante de um de nossos informantes, notem o que ela diz quando questionada sobre salários:

*A Remuneração é baixa porque a intérprete anterior que iniciou o trabalho comigo, na fase de contratação fez uma cara que de graça ela iria trabalhar na televisão, então não tive argumentos, e aceitei trabalhar por esse valor. (participante 6 – resposta a pergunta 24).*

Refletimos então que, o contexto audiovisual televisivo pode ser visto de forma distorcida por alguns de profissionais e podem eles mesmos deixarem cair por terra toda uma luta iniciada quanto à valorização da profissão. Entender que por ser um trabalho na TV o fará ter maior repercussão pode ser uma maneira equivocada de se pensar e trará tão somente prejuízos aos pares inseridos no mesmo âmbito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tínhamos como objetivo a investigação de três aspectos específicos que poderiam influenciar significativamente a atuação de TILS no âmbito audiovisual televisivo, sendo eles: as condições emocionais, formação e condição de trabalho. Seguindo nossa linha de investigação e tendo por base uma pesquisa semelhante realizada na Espanha por Vallecillo (2002), constatamos que uma série de fatores influencia a sua forma de trabalhar.

Os aspectos emocionais, embora não possam ser percebidos pelo público, afetam significativamente as produções dos TILS e não confirmou nossa hipótese de que o nervosismo e timidez diante das câmeras seria fator dominante nesse contexto.

Constatamos que, ainda que exista uma formação ao TILS é necessário compreender que, embora eles possam atuar em diferentes espaços, nem sempre eles terão propriedade para atender com eficácia a especificidade de cada um deles. O contexto televisivo carrega marcas muito técnicas e a formação específica é uma necessidade clara, plausível e necessária dentro das instituições de ensino, principalmente em cursos de nível superior.

Foi possível constatar uma desvalorização do profissional não só nas questões técnicas, mas também salarial e de contratação, embora, reconhecemos ser interessante que a categoria de TILS também siga unida e se valorize, por se especializar e estar sempre a par de novos estudos e pesquisas a fim de poder corroborar com propriedade em suas reivindicações.

Há necessidade de uma revisão nas normas que regem a inserção da legenda de língua de sinais nos programas de televisão considerando a tecnologia atual disponível, além da conscientização por parte de equipes técnicas, produção e coordenação que trabalham no desenvolvimento das produções em línguas de sinais para a TV, com objetivo de facilitar e valorizar o profissional e sua função.

Essa pesquisa visa abrir portas para novas discussões sobre o tema e abordagens diferente desse contexto, pois entendemos que ainda resta muito que escutar dos TILS sobre melhorias em suas condições de trabalho, formação e atuação.

No decorrer da pesquisa, sugerimos uma nova terminologia a ser aplicada ao desenvolvimento desse nosso trabalho, passando a denominá-lo como **Legenda de Língua de Sinais** e não mais “**janelinha**”, como costumeiramente vinha se referindo a ele.

Pudemos lembrar aspectos legais que retiraram a obrigatoriedade da inserção da legenda de língua de sinais na TV e esperamos ter contribuído para que o público interessado a consiga reverter através dos meios legais às imposições agora ligadas ao trabalho ofertado.

Entendemos como público interessado a comunidade surda que utiliza o serviço prestado e esperamos que com seu empenho a inserção da legenda de língua de sinais volte a ser obrigatória garantindo seu direito ao acesso a comunicação também no âmbito televisivo.

Uma vez sendo novamente obrigatória sua inserção os TILS certamente serão cada vez mais capacitados e valorizados para esse tipo específico de atuação, dando espaço a novas formações e capacitações que priorizem a TAV.

Por fim, pudemos observar que todos os aspectos elencados em nossa pesquisa de certa forma podem ser melhorados e esperamos ter contribuído para novas reflexões sobre essa temática.

Aos futuros formandos em tradução e interpretação desejamos que continuem interessados em se especializar na área de sua afinidade levando em consideração a especificidade de cada contexto em que a tradução e interpretação se faz presente deixando assim de generalizar essa área tão rica em como tem acontecido até os dias de hoje.

Abordamos em nossa pesquisa apenas três dos muitos aspectos que envolvem a TAV e deixamos nosso incentivo a futuras pesquisas abordando essa temática.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Acessibilidade em comunicação na televisão. Accessibility in TV captions. Norma Brasileira ABNT NBR 15290.2005

ALBIR, Hurtado Amparo. *Enseñar a traducir – metodologia em la formación de traductores e intérpretes*. Madri, Espanha. Editora Edelsa. 1999.

\_\_\_\_\_. Hurtado Amparo. *Traducción y Traductología – Introducción a la traductología*. Madri, Espanha. Editora Cátedra. 2011.

ALVES, Fábio; Magalhães, Célia; Pagano, Adriana. *Traduzir com Autonomia estratégias para o tradutor em formação*. Editora Contexto. São Paulo, SP. 2006.

BARBOSA, Elomena de Almeida, *O papel de professores surdos e ouvintes na formação de tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais*. Piracicaba, SP. 2010.

BATALHA M.C e PONTES JR.G. *Tradução*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BÍBLIA, Tradução Do Novo Mundo Das Escrituras Sagradas. Editoras Brooklin, New York, U.S.A; Cesário Lange, São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2015.

BRASIL, *Decreto 5.626 de Dezembro 2.005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 Abril de 2.002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23, dez.2005. nº 246, ano CXLII, Seção 1, p.28-30.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2.002*. Dispões sobre a Língua Brasileiras de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Atos so Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr.2002. nº79, ano CXXXIX, Seção 1, p.23.

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. Portaria nº310, de 27 de Junho de 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. Portaria nº 188, de 24 de Março de 2010.

CATFORD, J.P.C. *Uma Teórica Linguística da Tradução*, Cultrix/PUC.Campinas.1980.

CUNHA, Elisângela Frois. *ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO BRASILEIRA: Quando o áudio faz sentido para o surdo e a imagem faz sentido para o cego*. Universidade Federal do Pampa. São Borja, RS,2010.

DERRIDA, Jacques. *Torre de Babel*. Trad.de Juni Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FENEIS. *Quem somos*. Disponível em: < <http://feneismg.org.br/quemsomos.htm>>. Acesso em: 30 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *O que é o Intérprete de língua de sinais para pessoas surdas?* Belo Horizonte, MG, 1995.

FERREIRA, Lisbeth. *Tradução Audiovisual: A Lendagem para s/Surdos nos quatro canais de sinal aberto da televisão portuguesa*. Faculdade de Letras da Cidade do Porto, Portugal, 2010.

FRISHBERG, N. *Interpreting: An Introduction*. Maryland: RID Publications, 1990.

JOMAA, Lina Youssef. Geografia 5ª série. Editora Moderna. 2ª Edição. Brasília, Distrito Federal.

LACERDA, Cristina B.F. de, *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre, RS. Editora Mediação: 2010.

LÉON, Mario, *Manual de interpretación y traducción*. Madrid, Espanha. Ediciones Luna, S.L.; 1ª ed., 1ª imp. Edition: 2000.

LODI, Ana Claudia Balieiro, *Uma leitura enunciativa da língua brasileira de sinais: o gênero contos de fada*, PUC-SP/ UNIMEP, São Paulo, SP: 2004.

JUNIOR, Ewandro Magalhães, *Sua Majestade, o intérprete. O fascinante mundo da tradução simultânea*. Parábola Editorial: 2007

MELLO, Anahi Guedes de Mello, *Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação*. [in] Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada, Brasília, DF. CORDE: 2008

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/>> Acesso em: 09 de Abril. 2015.

\_\_\_\_\_. *A classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais*. Organização: Secretaria Nacional de Justiça. 1ª Edição. Brasília/2009.

MOURA, Maria Cecilia, *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro, RJ Fapesp/Revinter: 2000.

MONDAY, *Introducing Translation Studies*. New York, Routledge: 2008.

NEVES, Josélia; LORENZO Lourdes. *La substitución para s/Surdos, panorama global y prenormativo em El marco ibérico*. In: Trans. Revista de Traductología. Portugal: 2007.

NAPIER, Jemina. *An historical overview of signed language Interpreting research: featuring Of personal research*. In: Ronice Müller de Quadros (org.). Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, Cadernos de Tradução v.2, n.26.p.63-97, 2010.

ORERO, Pilar. *La accesibilidad em los medios: una aproximación multidisciplinar*. Revista Trans, nº11, Universidade de Málaga. Departamento de Traducción e Interpretación. Espanha: 2007.

PÁDUA, E.M.M. de. *Metodologia da Pesquisa – Abordagem Teórico Prática*. Editora Papirus, 13ª Edição. Campinas/SP, 2007.



PAGURA, Reynaldo. *A interpretação de Conferências: Interfaces com a Tradução escrita e Implicações para a Formação de Intérpretes e Tradutores*. DELTA, 19: Especial 2003, p.209-236. PUC, São Paulo.2003.

PLANALTO PRESIDENCIA DA REPÚBLICA: 2015, Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 04 de Março de 2015.

PUC MINAS, Associação Assistiva (Libras e Braile): 2015, Disponível em: <[http://www.pucminas.br/graduacao/index1.php?tipo\\_form=info&pai=1096&codigo=159&pag=1415](http://www.pucminas.br/graduacao/index1.php?tipo_form=info&pai=1096&codigo=159&pag=1415)> Acesso: 23/04/2015

RAMOS, Clélia Regina. *LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Arara Azul: 1992.

RODRIGUES, Carlos Henrique. *A Interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: Efitos de Modalidade e Processos inferenciais*. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte 2013.

RÓNAI, Paulo. *A Tradução Viva*, 4ª Edição, José Olympio Editora, Rio de Janeiro: 1981.

ROSA, A da S. *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a visibilidade da tarefa do intérprete*. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

RUSSO, Ângela. *INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: uma posição discursiva em construção*. Porto Alegre, RS: 2009.

QUADROS, Ronice Muller; SANTOS, Silvana Aguiar dos. *O Tradutor Intérprete de Língua de Sinais no Brasil: ontem hoje e amanhã*. Faculdade de Lá República de Montevideo Uruguai, 2010.

RÓNAI, Paulo. *A tradução Viva*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. *Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010*. Florianópolis, SC. UFSC, 2013.

\_\_\_\_\_, Silvana Aguiar dos. *Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação*. **Cadernos de Tradução**, [S.l.], v. 2, n. 26, p. 145-164, out. 2010. ISSN 2175-7968. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/21757968.2010v2n26p145/14227>>. Acesso em: 05 Abr. 2015.

SMITH Deborah Deustch. *Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de Inclusão*. Trad.Sandra Moreira de Carvalho. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA-JÚNIOR, J.E.G. de. *Teoria e Prática de Tradução e Interpretação da Língua de Sinais*.1ª Edição. Editora Know How. São Paulo/SP.2010.

\_\_\_\_\_. *Tradução e Interpretação Audiovisual: O Intérprete de Libras na tela*. Oficina SEPEX, UFSC, 2014.

TORRES, Elisabeth Fatima, MAZZONI, Alberto Angel. e ALVES, João Bosco da Mota, *A acessibilidade à Informação no Espaço Digital. Ciência da Informação*. Brasília DF: 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Editora Atlas 1987.

VALLECILLO, Josefina Molina. *La Interpretación simultánea em lãs cadenas de TV estatales españolas: aspectos técnico, situacionales y emocionales*. Universidade de Granada: 2002.

VASCONCELLOS, M.L; BARTHOLAMEI, Lautenai AJ. *Estudos da Tradução I*. Material didático do curso a distância Letras/Libras. Florianópolis, SC: UFSC, 2008.

VIEIRA, Else Ribeiro P. *Teorizando e Contextualizando a Tradução*, Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 1996.

ZAMPIERE, Marinês Amália. *PROFESSOR OUVINTE E ALUNO SURDO: Possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de Libras- Língua Portuguesa*. Piracicaba, SP: 2006.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006

Criado em Sexta, 20 Abril 2012 05:28 | Última atualização em Segunda, 20 Maio 2013 16:35

Portaria que aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e

CONSIDERANDO os comentários recebidos em decorrência de consulta e audiência pública realizada pela Portaria nº 476, de 1 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2005 e Portaria nº 1, de 4 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial de União de 4 de janeiro de 2006

CONSIDERANDO o disposto no art. 53 do Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004,

resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 -Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Art. 2º Esta a Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

NORMA COMPLEMENTAR No 01/2006

NORMA COMPLEMENTAR No 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

#### OBJETIVO

Esta Norma tem por objetivo complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei no 10.098, de 19 de

dezembro de 2000 e no Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto no 5.645, de 28 de dezembro de 2005.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

2.1. Constituição Federal.

2.2. Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

2.3 Decreto-lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967, que modifica e complementa a Lei no 4.117, de 1962.

2.4 Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as Normas de proteção.

2.5 Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.

2.6 Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.7 Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

2.8 Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2.9 Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989.

2.10 Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

2.11 Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

2.12 Decreto no 5.645, de 28 de dezembro de 2005, que altera o art. 53 do Decreto no 5.296, de 2004.

2.13 Instrução Normativa no 1, de 2 de dezembro de 2005, da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República, que regulamenta o art. 57 do Decreto no 5.296, de 2004.

2.14 Norma Brasileira ABNT NBR 15290:2005, que dispõe sobre Acessibilidade em Comunicação na Televisão.

## DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma, devem ser consideradas as seguintes definições:

3.1. Acessibilidade: é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência auditiva, visual ou intelectual.

3.2. Legenda Oculta: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.

3.3. Áudio-descrição: corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.

3.4. Dublagem: tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em língua portuguesa, sincronizadas no tempo, entonação, movimento dos lábios dos personagens em cena, etc. (NBR 15290).

3.5. Campanhas institucionais – campanhas educativas e culturais destinadas à divulgação dos direitos e deveres do cidadão.

3.6. Informativos de utilidade pública – qualquer informação que tenha a finalidade de proteger a vida, a saúde, a segurança e a propriedade.

3.7. Janela de LIBRAS: espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

## ABRANGÊNCIA

4.1. Ficam sujeitas ao cumprimento do disposto nesta Norma as pessoas jurídicas que detenham concessão ou permissão ou para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e as pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.

4.2. Inclui-se na obrigatoriedade de cumprimento do disposto nesta Norma as pessoas jurídicas referidas no subitem 4.1. que transmitirem ou retransmitirem programação que, mesmo tendo sido produzida em outros países, seja editada, traduzida ou sofra qualquer adaptação considerada necessária para sua transmissão ou retransmissão com boa qualidade de percepção e compreensão pelo público brasileiro.

## RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

5.1 A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter:

a) Legenda Oculta, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através da linha 21 do Intervalo de Apagamento Vertical (VBI);

b) Audiodescrição, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP), sempre que o programa for exclusivamente falado em Português; e

c) Dublagem, em língua Portuguesa, dos programas veiculados em língua estrangeira, no todo ou em parte, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio(SAP) juntamente com a audiodescrição definida na alínea b, de modo a permitir a compreensão dos diálogos e conteúdos audiovisuais por pessoas com deficiência visual e pessoas que não consigam ou não tenham fluência para leitura das legendas de tradução.

5.2 A programação de caráter oficial deverá ser veiculada pelas pessoas jurídicas que detenham concessão para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e as pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar ou executar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, de acordo com a Instrução Normativa no 1, de 2 de dezembro de 2005, da Secretaria Geral da Presidência da República.

5.3 Os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública veiculados pelas pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagem, bem como as pessoas jurídicas que possuem permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, deverão conter janela com intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), cuja produção e ou gravação ficarão ao encargo e sob a responsabilidade dos Partidos Políticos e ou dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas, sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1.

5.4 Sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1, o projeto de desenvolvimento e implementação da televisão digital no Brasil deverá:

5.4.1 permitir o acionamento opcional da janela com intérprete de LIBRAS, para os espectadores que necessitarem deste recurso, de modo a possibilitar sua veiculação em toda a programação;

5.4.2. permitir a inserção de locução, em Português, destinada a possibilitar que pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência intelectual selecionem as opções desejadas em menus e demais recursos interativos, com autonomia.

## CARACTERÍSTICAS

A produção e veiculação dos recursos de acessibilidade objeto desta Norma deverão ser realizados com observância dos critérios e requisitos técnicos especificados na ABNT NBR 15290:2005 – Acessibilidade em Comunicação na Televisão, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## PRAZOS

7.1. Os recursos de acessibilidade objeto desta Norma deverão ser veiculados na programação exibida pelas pessoas jurídicas que detenham concessão para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e pelas pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, de acordo com o seguinte cronograma:

a) no mínimo, uma hora, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e uma hora na programação veiculada no horário compreendido entre 20 (vinte)

e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

b) no mínimo, duas horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e duas horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

c) no mínimo, três horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e três horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

d) no mínimo, quatro horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e quatro horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

e) no mínimo, seis horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 14 (quatorze) horas, e seis horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 72 (setenta e dois) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma; e

f) no mínimo, dezesseis horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 94 (noventa e quatro) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma.

g) no mínimo, vinte horas, na programação diária total, dentro do prazo de 106 (cento e seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma.

h) a totalidade da programação diária, dentro do prazo de 132 (cento e trinta e dois) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma.

## EXCEÇÕES

8.1 Não se obriga aos dispositivos desta Norma: a veiculação inédita ou a reprise de programas que tenham sido produzidos ou gravados antes da data de publicação desta Norma Complementar sem os recursos de acessibilidade aqui previstos; a veiculação, ao vivo, de competições esportivas realizadas em recintos com capacidade para acomodação de platéia inferior a 5000 (cinco mil) pessoas; programação de caráter estritamente local com duração de até 30 (trinta) minutos.

## EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E/OU RETRANSMISSÃO

9.1 As estações transmissoras ou retransmissoras que não comportarem a Linha 21 do Intervalo de Apagamento Vertical (VBI) e/ou o Programa Secundário de Áudio (SAP), deverão ser adaptadas ou substituídas de acordo com o seguinte cronograma:

9.1.1 No prazo de 2 (dois) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações

transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

9.1.2 No prazo de 4 (quatro) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

9.1.3 No prazo de 6 (seis) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

9.1.4 No prazo de 8 (oito) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em em cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes.

9.1.5 No prazo de 10 (dez) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas nas demais cidades do Brasil.

9.2 Nas localidades em que as estações transmissoras ou retransmissoras forem substituídas para permitir a transmissão e/ou retransmissão em sistema digital, as novas estações já devem comportar os recursos de acessibilidade definidos nesta Norma.

9.3 Cumpridas as disposições deste item, os prazos definidos no item 7 serão contados a partir da data de expedição da licença de funcionamento do equipamento substituído, exceto quando se tratar de veiculação de programas originados de outras geradoras e que já contenham os recursos de acessibilidade objeto desta.

## 10. RESPONSABILIDADE

10.1 -As emissoras de radiodifusão de sons e imagens e as retransmissoras de televisão são responsáveis pela produção e veiculação dos recursos de acessibilidade definidos no subitem 5.1 em todos os programas dos quais sejam detentoras dos direitos autorais.

10.2 – Cabe a cada pessoa jurídica detentora de concessão para executar o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, a intransferível e exclusiva responsabilidade pela implementação dos meios necessários para que a programação veiculada contenha os recursos de acessibilidade previstos nesta Norma.

## 11. PENALIDADES

11.1 O descumprimento das disposições contidas nesta Norma sujeita as pessoas jurídicas que detenham concessão ou autorização para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e as pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, às penalidades prescritas no Código Brasileiro de Telecomunicações.

11.2 -A pena será imposta de acordo com a infração cometida, considerados os seguintes fatores:

a) gravidade da falta;



b) antecedentes da entidade faltosa; e

c) reincidência específica.

11.3 Antes de decidir pela aplicação de qualquer penalidade, o Ministério das Comunicações notificará a interessada para exercer o direito de defesa, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da notificação.

11.4 A repetição da falta, no período decorrido entre o recebimento da notificação e a tomada de decisão, será considerada como reincidência.

## ANEXO II

### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

#### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 188, DE 24 DE MARÇO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição,

#### RESOLVE:

Art. 1º O subitem 3.3 e o item 7 da Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"3.3. Audiodescrição: é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual." (NR)"

#### PRAZOS

"7.1. Os recursos de acessibilidade de que tratam as alíneas "a" e "c" do subitem 5.1 desta Norma deverão ser veiculados na programação exibida pelas exploradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão (RTV) de acordo com o seguinte cronograma:

7.2 O recurso de acessibilidade de que trata a alínea "b" do subitem 5.1 desta Norma deverá ser veiculado na programação exibida pelas exploradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão (RTV) de acordo com o cronograma constante dos subitens 7.2.1 e 7.2.2.

7.2.1 Quando se tratar de geradora cedente de programação ("cabeça-de-rede") licenciada para transmitir com tecnologia digital:

a) no mínimo, duas horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

b) no mínimo, quatro horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

c) no mínimo, seis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

d) no mínimo, oito horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 84 (oitenta e quatro meses) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

e) no mínimo, doze horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 96 (noventa e seis) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

f) no mínimo, dezesseis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 108 (cento e oito) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

g) no mínimo, vinte horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) meses, a contar de 1º de julho de 2010;

7.2.2. Quando se tratar de geradora cedente de programação ("cabeça-de-rede") ainda não licenciada para transmitir com tecnologia digital:

a) no mínimo, duas horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

b) no mínimo, quatro horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

c) no mínimo, seis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

d) no mínimo, oito horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 84 (oitenta e quatro meses) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

e) no mínimo, doze horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 96 (noventa e seis) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

f) no mínimo, dezesseis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 108 (cento e oito) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

g) no mínimo, vinte horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

7.3. No caso de afiliada ou retransmissora: na data de início da transmissão ou retransmissão com tecnologia digital observada, à época, quanto à veiculação dos recursos de acessibilidade de

que trata o subitem 5.1, a mesma proporção de horas e o mesmo horário estabelecido para a geradora cedente da programação." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Hélio Costa**

ANEXO III

**NORMA  
BRASILEIRA**

**ABNT NBR  
15290**

Primeira edição  
31.10.2005

Válida a partir de  
30.11.2005

**Acessibilidade em comunicação na  
televisão**

*Accessibility in tv captions*

Palavras-chave: Acessibilidade. Comunicação. Televisão.  
*Descriptors: Accessibility. Television. Communication.*

ICS 33.160.25



© ABNT 2005

Todos os direitos reservados. A menos que especificado de outro modo, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e microfilme, sem permissão por escrito pela ABNT.

Sede da ABNT  
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar  
20031-901 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: + 55 21 3974-2300

Fax: + 55 21 2220-1762  
[abnt@abnt.org.br](mailto:abnt@abnt.org.br)  
[www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)

Impresso no Brasil

## Sumário

Página

Prefácio .....	iv
1 Objetivo.....	1
2 Referências normativas.....	1
3 Definições e abreviaturas.....	2
4 Diretrizes para a legenda oculta em texto - CC.....	4
4.1 Características gerais.....	4
4.1.1 Abreviaturas .....	4
4.1.2 Acertos.....	4
4.1.3 Alinhamentos .....	4
4.1.4 Caracteres .....	5
4.1.5 Fundo/tarja.....	5
4.1.6 Número de linhas.....	5
4.1.7 Posicionamento.....	5
4.1.8 Sinais e símbolos .....	5
4.1.9 Sincronia.....	5
4.2 Características do sistema de CC pré-gravado.....	5
4.2.1 Diálogos.....	6
4.2.2 Efeitos sonoros .....	6
4.2.3 Fala e ruídos.....	6
4.2.4 Identificação dos falantes.....	6
4.2.5 Itálico .....	6
4.2.6 Música .....	6
4.2.7 Onomatopéias .....	6
4.2.8 Tempo de exposição.....	6
5 Diretrizes para os sistemas CC e SAP.....	7
5.1 Televisores.....	7
5.2 Dispositivo decodificador.....	7
5.2.1 Geral.....	7
5.2.2 Tipologia e fontes.....	7
5.3 Identificação.....	7
5.4 Linha 21 e 284 .....	8
5.5 Programa secundário de áudio (SAP) .....	8
5.6 Retransmissoras .....	8
5.7 Tabela de caracteres para produção e reprodução .....	8
6 Diretrizes para o áudio com a descrição de imagens e sons.....	8
6.1 Características gerais para a descrição em áudio de imagens e sons .....	8
6.2 Compatibilidade .....	8
6.3 Diferenciação .....	8
7 Diretrizes para a janela de LIBRAS .....	9
7.1 Características gerais da janela de LIBRAS .....	9
7.1.1 Estúdio .....	9
7.1.2 Janela .....	9



<b>7.1.3</b>	<b>Recorte ou <i>wipe</i></b> .....	<b>9</b>
<b>7.1.4</b>	<b>Requisitos para a interpretação e visualização da LIBRAS</b> .....	<b>9</b>
<b>8</b>	<b>Diretrizes para a produção de fitas VHS e DVD</b> .....	<b>10</b>
<b>8.1</b>	<b>Produção de fitas VHS</b> .....	<b>10</b>
<b>8.2</b>	<b>Produção de DVD</b> .....	<b>10</b>

## **Prefácio**

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais Temporárias (ABNT/CEET), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

A ABNT NBR 15290 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação (CE-40:000.03). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 04, de 29.04.2005, com o número de Projeto 40:000.03-003.

## NORMA BRASILEIRA

**Acessibilidade em comunicação na televisão****1 Objetivo**

**1.1** Esta Norma estabelece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais.

**1.2** Para ser considerada acessível, a programação televisiva deve atender ao disposto nesta Norma. As diretrizes desta Norma são aplicáveis a todas as emissoras e programadoras, públicas ou privadas, em transmissões nas frequências de UHF, VHF, a cabo, por satélite, através de protocolo IP, bem como através dos protocolos e frequências específicos da TV digital. Aplicam-se também aos conteúdos distribuídos em DVD e fitas VHS, bem como aos novos formatos de mídia e de transmissão que venham a ser implementados durante a vigência desta Norma.

**1.3** Esta Norma segue preceitos do Desenho Universal e visa, principalmente:

- a) viabilizar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, limitação de percepção ou cognição, o acesso à programação televisiva;
- b) dar acesso à informação e ao entretenimento proporcionados pela TV a pessoas com deficiência auditiva, visual ou cognitiva;
- c) facilitar a surdos, estrangeiros residentes no país e pessoas semi-analfabetas a aquisição da língua portuguesa escrita;
- d) possibilitar o exercício da cidadania aos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- e) permitir a pessoas cegas ou com baixa visão o acesso às mensagens transmitidas de forma essencialmente visual;
- f) permitir a pessoas que não possam ler as legendas abertas (de tradução) o acesso à programação transmitida em língua estrangeira;
- g) possibilitar o acesso à informação em áreas de uso público ou coletivo com alto nível de ruído (bares, aeroportos, saguão de hotéis etc.);
- h) desenvolver a comunicação, assegurando os direitos do cidadão estabelecidos pela Constituição Federal.

**2 Referências normativas**

As normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta Norma. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

Constituição da República Federativa do Brasil

## ABNT NBR 15290:2005

Lei Federal nº 10.098 de 19.12.2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 03.12.2004

Lei nº 7.853 de 24.10.89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20.12.1999

Resolução TSE nº 14.550, de 01.09.1994 – dispõe sobre a Propaganda Eleitoral Gratuita na TV com utilização de intérprete da língua de sinais

ABNT NBR 9050:2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

ANSI/EIA 608:1994 (analógica) – Recommended Practice for Line 21 Data Service - American National Standard -Electronic Industries Association

### 3 Definições e abreviaturas

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se as seguintes definições e abreviaturas:

**3.1 acessibilidade:** Possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência.

**3.2 barreiras à comunicação:** Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sendo ou não de massa (Lei Federal nº 10.098/00).

**3.3 CC (*closed caption*):** Legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico. Disponível somente em televisores que possuam decodificador. Concebida originalmente para surdos.

**3.4 CC ao vivo (*legenda oculta ao vivo*):** Legenda produzida em tempo real, ou seja, no mesmo instante em que o programa está sendo exibido. É utilizada em programas de auditório, jornalísticos, esportivos etc.

**3.5 CC pré-gravada (*legenda oculta pré-gravada*):** Legenda produzida após o programa pronto e gravado. É utilizada em filmes, novelas, desenhos animados, comerciais etc.

**3.6 codificador de *closed caption* (*encoder*):** Dispositivo eletrônico que insere as informações de CC na linha 21 do VBI do vídeo do programa que será transmitido pela emissora.

**3.7 decodificador de *closed caption* (*decoder*):** Dispositivo que reconhece e transforma em legenda de texto, na tela do televisor, as informações de CC contidas no VBI (linha 21) do sinal do vídeo. Pode ser interno, embutido no televisor, ou periférico.

**3.8 decodificador de SAP:** Dispositivo que reconhece e transmite os sinais do programa secundário de áudio, quando acionada a tecla SAP.

**3.9 deficiência:** Perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere impossibilidade ou dificuldade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

**3.10 descrição em áudio de imagens e sons:** Narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-chave – movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena, textos e imagens que apareçam na tela, sons ou ruídos não literais – despercebidos ou incompreensíveis sem o uso da visão.

**3.11 desenho universal:** Forma de conceber produtos, meios de comunicação, serviços e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. O conceito de desenho universal tem como pressupostos:

- a) equiparação nas possibilidades de uso;
- b) flexibilidade no uso;
- c) uso simples e intuitivo;
- d) captação da informação;
- e) tolerância para o erro;
- f) dimensão e espaço para o uso e interação.

**3.12 dublagem:** Tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em português, sincronizadas (no tempo, entonação, movimento dos lábios das personagens em cena etc.).

**3.13 DVD (*digital versatile disc*):** Aparelho ou mídia para reprodução ou gravação de áudio e vídeo com recursos que possibilitam a inclusão de várias trilhas de áudio e legendas em vários idiomas.

**3.14 EDS (*extended data services*):** Serviço utilizado para transmissão de outros dados, além do CC, podendo transmitir informações do programa que está no ar, grade de programação, título do filme, duração do filme etc.

**3.15 fitas VHS:** Fitas magnéticas onde são gravados sinais de vídeo e de áudio, para reprodução no televisor.

**3.16 IP (*internet protocol*):** Protocolo de internet.

**3.17 janela de LIBRAS:** Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS.

**3.18 legenda aberta (*subtitling*):** Tradução escrita da língua estrangeira falada no programa, destinada à audiência que necessita da tradução. Quando disponível aparece na tela do televisor, não necessita de decodificador.

**3.19 LIBRAS:** Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema lingüístico de comunidades surdas do Brasil.

**3.20 linha 21 ou 284:** Linhas do sinal de vídeo utilizadas para transmitir as informações do CC, entre outras, dinâmicas ou estáticas.

**3.21 *pop-on* (legenda instantânea):** Legenda que aparece na tela de uma só vez, permanece por tempos determinados de exposição, normalmente em sincronia com o áudio, e em seguida desaparece ou é substituída por outra legenda. É utilizada no sistema de CC pré-gravada.

**3.22 *roll-up* (legenda em rolamento):** Legenda que aparece na tela, linha por linha. À medida que vai sendo produzida, a linha de baixo sobe, dando lugar à nova linha. É utilizada no sistema de CC ao vivo.

**3.23 SAP (*secondary audio program* ou *programa secundário de áudio*):** Segundo canal de áudio para a programação, disponível somente em televisores que possuam decodificador.

**3.24 TV:** Redes televisivas.

**3.25 UHF:** *ultra high frequency* ou frequência ultra-alta.

**3.26 VBI:** *vertical blanked interval* ou intervalo vertical de apagamento.

**3.27 VHF:** *very high frequency* ou frequência muito alta.

**3.28 VHS:** *video home system* ou sistema de vídeo doméstico.

## **4 Diretrizes para a legenda oculta em texto - CC**

Recurso que pode ser utilizado em DVD, fitas VHS e programas de TV, pré-gravados ou ao vivo. Invisível sem o acionamento do dispositivo decodificador.

### **4.1 Características gerais**

Características dos sistemas de CC pré-gravada ou ao vivo – produzida em tempo real, por sistema de transcrição eletrônica: estenotipia, *software* de reconhecimento de voz ou outro.

#### **4.1.1 Abreviaturas**

Nas abreviaturas deve ser adotada a nomenclatura padrão usada para a língua portuguesa.

#### **4.1.2 Acertos**

Os índices de acertos requeridos para a produção da legenda oculta, nos sistemas CC ao vivo ou pré-gravado, são diferenciados:

- no sistema CC ao vivo, o texto das legendas deve ter no mínimo 98% de acerto;
- no sistema CC pré-gravada, o texto das legendas deve ter 100% de acerto.

#### **4.1.3 Alinhamentos**

Os alinhamentos requeridos para a produção da legenda oculta, nos sistemas CC ao vivo ou pré-gravado, são diferenciados:

- no sistema CC ao vivo, as legendas devem ser alinhadas à esquerda;
- no sistema CC pré-gravada, as legendas podem estar alinhadas na parte central da tela, à esquerda ou à direita, dependendo da posição do falante. Devem obedecer ao alinhamento que melhor informar ao telespectador.

#### **4.1.4 Caracteres**

Devem ser adotados caracteres na cor branca, por permitir maior eficácia na leitura.

A tipologia deve dispor de todos os caracteres da língua portuguesa, incluindo acentos (agudo, grave, circunflexo), cedilha, til e trema, e permitir palavras compostas e estrangeiras que utilizem as letras K, W e Y. A fonte deve ser determinada pelo fabricante do circuito integrado para o decodificador, seja periférico ou embutido no aparelho televisor.

Os caracteres maiúsculos e minúsculos, ou somente maiúsculos, devem estar centralizados em relação à tarja, de modo a permitir a acentuação, a cedilha e a inscrição das letras G, J, P, Q e Y, sem que sejam alterados o tamanho e o alinhamento horizontal do caractere.

Cada linha deve apresentar no máximo 32 caracteres.

#### 4.1.5 Fundo/tarja

Nos sistemas CC ao vivo ou CC pré-gravado, deve ser adotada a tarja preta sob os caracteres, proporcionando ótimo contraste, facilitando a leitura e garantindo a visibilidade dos caracteres em qualquer situação.

#### 4.1.6 Número de linhas

**4.1.6.1** No sistema CC ao vivo, para otimização de tempo de leitura sem prejudicar a imagem, podem ser utilizadas até três das linhas disponíveis no *display* da legenda.

**4.1.6.2** No sistema CC pré-gravada, pode ser utilizado o número de linhas que melhor informar ao telespectador (uma, duas, três ou quatro linhas), dependendo de situações específicas, tais como: quantidade de caracteres, formatação da legenda, número de falantes em cena, posição dos falantes em cena etc.

#### 4.1.7 Posicionamento

**4.1.7.1** No sistema CC ao vivo, a legenda deve estar preferencialmente posicionada na parte inferior da tela do televisor. Quando houver necessidade de inserção de outros textos na parte inferior; a legenda deve ser posicionada na parte superior da tela.

**4.1.7.2** No sistema CC pré-gravada, permite-se posicionar as legendas em diferentes níveis da tela (inferior, médio ou superior), de acordo com situações cênicas específicas, exposição de créditos ou *letterings*; a legenda deve estar posicionada próximo ao falante, para identificar a pessoa que está falando.

#### 4.1.8 Sinais e símbolos

Sinais e símbolos devem ser reconhecidos pelos decodificadores e usados sempre que necessário, conforme as situações:

- a) aspas ( " ) – devem ser usadas para citações, títulos de livros, filmes, peças de teatro, palavras ditas de forma errada etc.;
- b) início ( >> ) – no sistema CC ao vivo, deve ser usado para informar a troca da pessoa que está falando;
- c) hífens ( -- ) – devem ser usados para indicar a interrupção da fala;
- d) nota musical – o símbolo da nota musical deve ser inserido no começo de uma música, fundo musical, voz cantada etc. e ficar por algum tempo, retornando tantas vezes quanto necessário, até entrar o texto.

#### 4.1.9 Sincronia

**4.1.9.1** No sistema CC ao vivo, o operador ouve antes e depois envia o texto, logo pode ser tolerado um atraso máximo de quatro segundos.

**4.1.9.2** No sistema CC pré-gravada a legenda deve acompanhar o tempo exato do quadro ou cena (*frame*).

#### 4.2 Características do sistema de CC pré-gravado

O sistema CC pré-gravado permite, além das características apresentadas em 4.1, incluir a transcrição de sons não literais e recursos, como diferentes posicionamentos da legenda, informações sobre o falante e informações sobre personagens em *off* (fora da cena).

#### **4.2.1 Diálogos**

Quando utilizado o recurso de legendas múltiplas, isto é, duas ou mais legendas aparecendo na mesma cena, com o mesmo tempo de exposição, visando otimizar o tempo de leitura, a legenda correspondente à primeira fala deve estar posicionada mais alta na tela da TV, para que possa ser lida naturalmente em primeiro lugar, sem comprometer o entendimento.

#### **4.2.2 Efeitos sonoros**

Devem ser transcritos e indicados entre colchetes todos os sons não literais, importantes para a compreensão do texto. Por exemplo: [Latidos], [Criança chorando], [Trovoadas], [Porta rangendo] etc.

#### **4.2.3 Fala e ruídos**

Quando houver informações simultâneas de fala e sons não literais, a fala deve estar posicionada próxima ao falante e o som não literal deve vir informado entre colchetes ( [ ] ).

#### **4.2.4 Identificação dos falantes**

Quando a situação cênica não permite a identificação sobre quem está falando, ou o personagem está fora de cena (em *off*), o nome do personagem ou algum tipo de informação que o identifique deve ser informado entre colchetes. Ex.: [João]; [Menino]; [Policial] etc.

#### **4.2.5 Itálico**

Deve ser usado o itálico para indicar falas fora de cena (em *off*), narração, enfatizar entonação e para palavras em outra língua.

#### **4.2.6 Música**

O símbolo da nota musical deve ser usado para diferenciar a música da palavra falada:

- a) a informação sobre a música (se é fundo musical, rock, música romântica ou de suspense, se é cantada etc.) deve vir entre notas musicais;
- b) no caso de transcrição da letra da música, duas notas musicais seguidas, ao final da transcrição, devem indicar seu término;
- c) sempre que possível, a letra da música deve ser transcrita.

#### **4.2.7 Onomatopéias**

O uso da informação literal do som (latidos) deve ter preferência em relação ao uso da onomatopéia (au-au). Programas e filmes infantis ou cômicos podem fazer uso de onomatopéias.

#### **4.2.8 Tempo de exposição**

O tempo de exposição depende de fatores relacionados à velocidade da fala, quantidade de palavras, de cortes de cena etc. Deve ser garantido que recursos de otimização do tempo (edição cuidadosa e aproveitamento de tempo inicial e final) sejam usados em benefício da leitura. Recomenda-se a seguinte exposição:

- a) legendas de uma linha completa – devem ser expostas por 2 s e tempo máximo de exposição de 3 s;
- b) legendas de duas linhas – devem ser expostas por 3 s;



c) legendas de três linhas – devem ser expostas por 4,5 s a 5 s;

- d) legendas para o público infantil – o tempo de exposição deve ser de 3 s a 4 s por linha completa. Para esse público específico, as frases devem ser simples e concisas.

## 5 Diretrizes para os sistemas CC e SAP

Para que sejam garantidas as condições de acessibilidade, as especificações dos sistemas e equipamentos devem atender às recomendações de 5.1 a 5.7.

### 5.1 Televisores

Para que sejam considerados acessíveis, os aparelhos devem dispor de decodificador interno de CC e de SAP.

### 5.2 Dispositivo decodificador

#### 5.2.1 Geral

Os dispositivos decodificadores de CC devem ter disponíveis todos os caracteres mencionados em 4.1.4, em fonte que permita clareza e fácil leitura, conforme requisitos da ABNT NBR 9050, sem que sejam alterados o tamanho e o alinhamento horizontal do caractere, permitindo inclusive o uso de palavras compostas.

#### 5.2.2 Tipologia e fontes

- a) largura =  $2/3$  da altura;
- b) espessura do traço =  $1/7$  da altura (caractere claro sobre fundo escuro);
- c) distância entre letras =  $1/5$  da altura;
- d) distância entre palavras =  $2/3$  da altura;
- e) intervalo entre linhas =  $1/5$  da altura<sup>1)</sup>;
- f) altura da letra minúscula =  $2/3$  da altura da letra maiúscula.

### 5.3 Identificação

**5.3.1** A identificação dos recursos disponíveis e das características da programação deve constar nas grades de programação, divulgadas de forma sonora, impressa e digital:

- a) CC – legenda oculta;
- b) DUB – dublado;
- c) LSB – janela de LIBRAS;
- d) DIS – áudio com a descrição de imagens e sons;
- e) ORG – som original.

<sup>1)</sup>A parte inferior dos caracteres da linha superior precisa estar ao menos a uma espessura de traço distante da parte superior do caractere mais alto da linha de baixo.

**5.3.2** Quando a divulgação for feita durante a exibição do programa, deve ser incluída identificação visual para CC ou LSB e sonora para DIS ou DUB, informadas no início de cada bloco do programa.

#### **5.4 Linha 21 e 284**

As linhas 21 e 284 do intervalo vertical de apagamento (VBI) devem ser utilizadas para transmissão de CC.

#### **5.5 Programa secundário de áudio (SAP)**

O programa secundário de áudio (SAP) deve ser utilizado para a transmissão:

- a) do som no qual o programa foi originalmente produzido, sempre que o mesmo for transmitido de forma dublada, pelo canal principal de áudio;
- b) do áudio com a descrição de imagens e sons, quando o programa produzido for originalmente em português;
- c) da dublagem, sempre que o programa transmitido for em língua estrangeira.

#### **5.6 Retransmissoras**

As retransmissoras de TV devem garantir que a legenda oculta e o conteúdo sonoro transmitido através do SAP sejam retransmitidos em conformidade com o sinal emitido pela matriz, ou cabeça de rede.

#### **5.7 Tabela de caracteres para produção e reprodução**

A tabela de caracteres de legenda das linhas 21 e 284, determinada pelo padrão do equipamento, deve atender a 4.1.4.

### **6 Diretrizes para o áudio com a descrição de imagens e sons**

Para que sejam garantidas as condições de acessibilidade, a descrição de imagens e sons deve atender aos requisitos de 6.1 a 6.3.

#### **6.1 Características gerais para a descrição em áudio de imagens e sons**

A descrição em áudio de imagens e sons deve transmitir de forma sucinta o que não pode ser entendido sem a visão. Devem ser evitados monotonia e exageros.

#### **6.2 Compatibilidade**

A descrição deve ser compatível com o programa:

- a) a narração deve ser objetiva na programação para adultos e mais poética em programas infantis;
- b) em filmes de época devem ser fornecidas informações que facilitem a compreensão do programa;
- c) a descrição subjetiva deve ser evitada.

#### **6.3 Diferenciação**

No SAP, a descrição em áudio de imagens e sons deve estar diferenciada do som do programa. Para permitir melhor compreensão do programa, sempre que possível, a descrição deve aproveitar as pausas naturais entre os diálogos.

## 7 Diretrizes para a janela de LIBRAS

### 7.1 Características gerais da janela de LIBRAS

#### 7.1.1 Estúdio

O local onde será gravada a imagem do intérprete da LIBRAS deve ter:

- a) espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras;
- b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo;
- c) câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo;
- d) marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete.

#### 7.1.2 Janela

Na janela com intérprete da LIBRAS:

- a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco;
- b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete;
- c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete;
- d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento.

#### 7.1.3 Recorte ou *wipe*

Quando a imagem do intérprete da LIBRAS estiver no recorte:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda  
oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela.

#### 7.1.4 Requisitos para a interpretação e visualização da LIBRAS

Para a boa visualização da interpretação, devem ser atendidas as seguintes condições:

- a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete;
- b) na transmissão de telejornais e outros programas, com o intérprete da LIBRAS em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização da LIBRAS;

c) no recorte não devem ser incluídas ou sobrepostas quaisquer outras imagens.

## **8 Diretrizes para a produção de fitas VHS e DVD**

### **8.1 Produção de fitas VHS**

Devem ser produzidas cópias específicas de fitas VHS com as seguintes opções:

- a) som original em português ou língua estrangeira, com CC na língua portuguesa;
- b) som original em português com janela de LIBRAS;
- c) som original em português com descrição em áudio de imagens e sons;
- d) dublada para o português, com CC na língua portuguesa;
- e) dublada para o português e janela com intérprete da LIBRAS;
- f) dublada para o português, com descrição em áudio de imagens e sons.

### **8.2 Produção de DVD**

**8.2.1** Devem ser produzidos DVD contendo os seguintes recursos:

- a) idioma original
- b) dublagem da língua estrangeira para o português;
- c) CC no idioma original;
- d) CC na língua portuguesa;
- e) descrição em áudio de imagens e sons, na língua portuguesa;
- f) janela com intérprete da LIBRAS.

**8.2.2** Os DVD devem possuir suporte de voz para permitir que pessoas com deficiência visual ou dificuldade de leitura possam navegar através dos menus com autonomia.

**8.2.3** Devem ser preservadas as características dos efeitos estéreo e estéreo digital, bem como a qualidade do áudio, quando o espectador optar por acompanhar o programa com a descrição em áudio de imagens e sons.

## ANEXO IV

### Entrevista na íntegra de Paulo Favalli



#### **1. Conte inicialmente como foi sua trajetória ao iniciar sua carreira como intérprete de Libras. Como surgiu o interesse pela Língua de Sinais?**

*Na verdade não sabia que tinha interesse na Libras...rsrsrsrs...pois na época estava com 19 anos e fazia Belas Artes (Curso de Cênicas/ Artes Plásticas) e tudo começou qdo me apaixonei por uma pessoa com Def. Auditiva e claro que não havia outra alternativa, ou eu aprendia os sinais ou aprendia !! Então comecei a conviver com eles praticamente 24h da minha vida com os surdos, comecei frequentando Associações, viagens, dia a dia, rotina profissional que na época os mesmos sofriam discriminações absurdas (não havia a Lei de Cotas) e eram raras as empresas que abriam o mercado para eles ou qqr outra deficiência. Só que sei que depois de 1 mês já sabia muito bem os Sinais..Me lembro como se fosse hj uma vez que fui à Curitiba em um evento da Ass. Dos Surdos de lá, e alguns deles não acreditavam que era ouvinte e me pediram para ficar de costas para que um surdo mais oralizado pronunciasse algo e que depois eu respondesse em Libras o que foi dito...foi muito engraçado !! Até esse momento da minha vida e da vida Sócio Cultural dos DA's não existia se quer o termo LIBRAS a sociedade os chamavam de "mudinhos", "surdinhos", entre outros (isso acontece até hj, imagine há 32 anos atrás !!) então a figura do Interpretre não tinha "força" e muito menos respeito (creio que até hj esteja assim !!!) então eu era apenas um apaixonado pelo Universo do Silêncio, a vida dos DA's e fazia tudo simplesmente porque não em conformava com tais situações e sendo eu um ouvinte e com essa habilidade não conseguia virar as costas ou fingir que nada acontecia ao meu redor...então eu naquele momento era o único elo entre o som x silêncio...os próprios filhos, netos ou até mesmo amigos que já conviviam com esses familiares nunca, mas nunca fizeram nada por eles...não estou aqui julgando ações , mas apenas apresentando o cenário que vivi e presenciei com meus 19 anos, um cara sem noção dessa realidade que só a conhecia de cartões de alfabeto distribuídos em semáforos.*



*Fui convidado pela Ass, dos Surdos Mudos de S. Paulo para fazer parte da diretoria, (na verdade eu era escravo branco ouvinte !!! rrsrrsrrsrr..., pois eu era a voz e o ouvido deles) o qual muito me orgulho e muito me aprimorei não só na língua/linguagem mas como cultura surda e relação ouvinte x deficientes. E só pra mostrar a você que nesse período nosso ÚNICO meio de comunicação era o telefone público, pois por todos serem surdos na Ass..não havia um fixo, então era eu e centenas de fichas telefônicas fazendo consultas de preços para eventos e festas, ligando para a mãe de um avisando que ele iria se atrasar, marcando consultas médicas, marcando entrevistas de trabalhos...enfim.....viva a internet, o celular, whats, skype entre outras maravilhas !!! rrsrrsrrsrr..... isso tudo que relatei acima foi como bem resumidamente a LIBRAS surgiu em minha vida...sobre ser Interpretre....como disse,,não existia isso...apenas chamavam aquele “moço da mímica” para ajudar o surdo a entender...isso qdo eu não ia lá e pedia, as vezes brigava para poder traduzir uma palestra, uma missa, um casamento....tudo que eu pudesse integrar os DA’s.*

## **2. No início de sua carreira qual era sua formação? E atualmente?**

*Estava fazendo Belas Artes e depois que me formei senti a necessidade de fazer Pedagogia, pois senti e vivi a carência educacional dessa turma, e por sinal que continua terrível até hoje!!!*

## **3. Conte-nos programas e em quais emissoras você atuava como intérprete? como você chegou a interpretação em TV?**

*Quase todas as vezes que estava na Associação a TV estava ligada, pois como disse os surdos tem familiares e amigos ouvintes, então ela ficava lá à disposição de quem ouvia...mas muitas vezes qdo alguma notícia ou fato chamava a atenção de alguns deles eles me pediam para explicar/traduzir o acontecido e logo se fazia uma enorme roda de surdos prestando atenção nos meus sinais..isso me encantava, me fascinava..poder passar dados de quem fala para quem não ouve...já fazia isso..mas aquele momento era diferente, pois vinha de um aparelho, uma emissora...hj isso pode parecer patético, comum..mas lá naquele momento o mundo era outro..mais lento, sem tantas cobranças em relação ao ponto de vista de comunicação, conexão, nada existia..apenas TV, rádio, telefone (quem nem todos tinham em casa) e no máximo telegrafo nos bancos principalmente !!! Que horrível contar isso né?? Estou me sentindo Jurassic !!! rrsrrsrrr..mas era o que tinha !!!*

*Ai, um dia o Presidente dessa Ass. Me pediu para ajuda-los pedindo as emissoras a tradução nos noticiários...claro que isso me encheu de orgulho, pois percebi a falta que isso fazia para eles...na verdade ainda fez né?? Ou hj alguma emissora faz isso !!??? Continuando.....então lá fui eu com minha ingenuidade até a TV Cultura (emissora essa que era a ideal para tal projeto) e ao ser recebido pelo responsável de programação ouço o seguinte argumento...sua ideia é ótima mas não para agora !!) e ai fui de porta em porta (SBT, Rede Manchete – hj Rede TV, Record, Band) só não fui na Globo pq a sede é no RJ e isso seria inviável...deixei por último a TV Gazeta (uma TV local aqui de SP) e ao chegar na Gazeta...já totalmente desmotivado e sabendo das respostas ..comecei o mesmo discurso qdo fui surpreendido pelo nada mais nada menos Fernando Meireles ( na época era o Diretor de Programação da Emissora) que tinha acabado de voltar dos EUA e visto esse trabalho por lá e me ofereceu os últimos 3 min finais do Programa TV Mix ( apresentado pela Astrid Fontenelle)...eu na hora adorei mas fiquei arrasado...3 min !!?? O que se faz com isso?? Rrsrrsrrsrr....não tinha mesmo noção do que significam 3 min na TV...mas é claro que aceitei...era*

*toda a chance que eu e os surdos tinham...só sei que depois de umas 2 semanas fui convidado para traduzir o programa todo..tal foi o sucesso disso...foi algo realmente que me surpreendeu. pois.não tinha noção da necessidade e do ineditismo da coisa...foi ótimo mesmo....depois disso na própria emissora me convidaram para ter um quadro de Libras no Programa Mulheres com Claudete Troiano e Ione Borges, que foi um sucesso, pq ensinava Libras na TV, fazia traduções de músicas...uma delícia...ai em 1989 o candidato à Presidência Afif Domingos me convidou para traduzir a campanha dele toda na TV com Libras, e depois disso tbm apareceram mais convites, Olga Bongiovanni na Band, Mara Maravilha, Ana Maria Braga na Record (Note e Anote) e por fim Xuxa, onde atualmente ajudo-a na tradução dos Shows e DVDs totalmente em Libras.*

**4. Você tinha conhecimentos e contato com outros Intérpretes de outras emissoras? Poderia citar os nomes? Quais programas eles atuavam?**

*Não havia ninguém fazendo isso.*

**5. Relate como eram feitas as produções e quais as maiores dificuldades encontradas na época. O que mudou nos dias de hoje?**

*Era e ainda é tudo muito simples, é só ter uma câmera voltada para você e na ilha de edição faz a inserção do quadrinho (Picture in Picture) e pronto.*

**6. Conte uma experiência marcante em sua trajetória como intérprete atuando na TV.**

*Na verdade tudo é marcante... Pois qdo a luz vermelha acende e você está ao vivo traduzindo... Não importa se é uma simples noticia sobre a inflação ou o debate entre juizes..a responsabilidade é a mesma !!*

**7. Se tiveres fotos, imagens de vídeos com sua atuação que me permita utilizar poderia fornecer?**

*Tenho algum material em VHS e talvez algumas fotos (preciso so saber onde as guardei !!!) Vou tentar resgatar algo e te aviso ok?*

## ANEXO V



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS

#### PESQUISA - INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO AUDIOVISUAL:

Orientador: José Ednilson Gomes de Souza Junior - Email:  
jose.souza.junior@ufsc.br  
Graduanda: Karen Bianchini - Email: karen.bianchini@gmail.com

Essa pesquisa tem por finalidade abordar três aspectos principais: condições afetivas e emocionais, formação e condição de trabalho. Elencados como principais no processo investigativo os aspectos abordados visam contribuir para possíveis melhorias no campo da tradução/interpretação audiovisual na língua de sinais.

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Formação:
- 4- Tempo de atuação como intérprete:
- 5- Tempo de atuação como intérprete em TV:
- 6- Você já recebeu algum tipo de formação em interpretação na Tv? Comente.
- 7- Qual emissora de TV você trabalha atualmente?
- 8- No seu ambiente de trabalho você conta com:
  - ( ) Estúdio para LIBRAS (espaço específico para atuação)
  - ( ) Retorno de áudio
  - ( ) Retorno de Vídeo
  - ( ) Teleprompter (Equipamento acoplado às câmeras de vídeo que exibe o texto a ser lido ou no caso traduzido/interpretado)
  - ( ) Ponto auricular (Um micro auto-falante acoplado no ouvido que auxilia na transmissão do som, pode ser com ou sem fio)
  - ( ) Iluminação profissional
  - ( ) Filmagem em Full HD (Imagem com alta definição, imagem em alta definição que permite melhor detalhamento da imagem, melhor visualização, mais nitidez)

- ( ) Cadeira ergonômica (cadeira para uso contínuo e operacional que se adequam a altura e peso com a finalidade principal de zelar pela saúde)
- ( ) Pan Tilt ( Câmera com capacidade direcional remoto além de controle automático de zoom que dispensa a operação de um cinegrafista)
- ( ) Maquiagem
- ( ) Cabeleireiro
- 9- Qual sua jornada de trabalho diária na TV? Comente (No seu contrato de trabalho você deve ficar quantas horas à disposição da empresa?)
- 10- Qual tempo diário médio de transmissão de programação com interpretação em língua de sinais?
- 11- Em sua equipe há quantos profissionais tradutores/interpretes de língua de sinais?
- 12- Quantos tradutores/intérpretes de língua de sinais compõe cada equipe de revezamento no seu local de trabalho?
- 13- Você realiza seu trabalho:
- ( ) Ao vivo
- ( ) Gravando
- 14- Neste último caso, você recebe os materiais e conteúdos com antecedência?
- ( ) SIM
- ( ) NÃO
- 15- Considerando o aspecto emocional, como você descreveria seu estado ao entrar em contato com a câmera:
- ( ) Tranqüilo
- ( ) Um pouco nervoso
- ( ) Muito nervoso
- Relate uma experiência vivenciada em que considerou ter ficado nervoso ou muito nervoso diante da câmera durante a execução de seu trabalho. Sua condição alterou positiva ou negativamente seu desempenho?**
- 16 - Você acha que aspectos emocionais “externos” ( como por exemplos, preocupações familiares ou de saúde) prejudicam sua atuação?
- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Às vezes

**Considerando que seja positiva sua resposta, relate uma ocasião em que um fator externo lhe causou prejuízo no desempenho de seu trabalho.**

17- Você fica ansioso em relação às possíveis críticas referentes à sua atuação?

( ) Sim

( ) Não

( ) Às vezes

**Relate por gentileza, um acontecimento em que recebeu críticas relacionadas à sua atuação.**

18 – Você se prepara com frequência antes de suas interpretações da TV?

( ) Sim

( ) Não

( ) Às vezes

19- Você procura estudar antecipadamente? Com qual frequência faz isso?

**Descreva suas ferramentas de estudo. Comente suas estratégias de estudos.**

20- A emissora onde você trabalha insere seus créditos junto ao da equipe de profissionais da TV?

( ) Sim

( ) Não

21- Seu nome aparece durante a programação no rodapé ou nos créditos finais?

22- Sua remuneração é:

( ) por programa (recebe por cada programa interpretado)

( ) por horas trabalhadas (recebe de acordo com o número de horas que trabalhou)

( ) assalariado ( tem um salário fixo)

23- Você é:

( ) autônomo

( ) celetista

( ) contrato temporario

( ) funcionário público concursado

24- Sua remuneração mensal é de: